



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202100605641	Número Único: 0001944-35.2021.8.25.0000
Classe: Ação Rescisória	Situação: Julgado
Competência: Gabinete Des. Cezário Siqueira Neto	Órgão Julgador: CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS
Escrivania: Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas	Processo Origem: 202086000324 - Poço Redondo
Distribuição: 04/03/2021	

Situações Especiais

** Liminar **

Impedimentos / Motivo

Des. José dos Anjos	Afastamento sem juiz substituto
Desª. Elvira Maria de Almeida Silva	Afastamento sem juiz substituto

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Tutela Provisória - Liminar
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Tutela Provisória - Tutela de Urgência
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Composição do Processo

Relator

Des. Cezário Siqueira Neto

Dados das Partes

Requerente: EVERALDO DE JESUS SILVA
Endereço:
Complemento:
Bairro:
Cidade: POCO REDONDO - Estado: SE - CEP: 49810000
Advogado(a): ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO 8322/SE
Requerido: SEGURADORA LIDER
Endereço: Rua da Assembléia
Complemento: 16º andar
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011000
Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

202100606256



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

04/03/2021

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Processo Judicial registrado e autuado nesta data, sob nº 202100605641, denominado Ação Rescisória, referente ao protocolo nº 20210304154904186, do dia 04/03/2021, às 15:49, pelo advogado ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO, distribuído para o(a) Relator(a) DES. CEZARIO SIQUEIRA NETO. Assunto(s): Liminar , Tutela de Urgência, Invalidez.

 {Impedimentos efetivos: Afastados sem Juiz Substituto: Elvira Maria de Almeida Silva, José dos Anjos}

LOCALIZAÇÃO:

Distribuição do 2º grau

PUBLICAÇÃO:

Não



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**

EVERALDO DE JESUS SILVA, brasileiro ,solteiro, lavrador, portador da cédula de identidade RG nº 1.229.085 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 661.878.265-15, residente no Povoado Santa Rosa do Hermirio, Poço Redondo - SE, por intermédio de seu advogado e bastante procurador “in fine” assinado, com escritório profissional localizado no endereço constante do rodapé da presente, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 966 seguintes do Código de Processo Civil, propor:

AÇÃO RESCISÓRIA C/C TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE CARATER ANTECIPADA

Em face da **SENTENÇA PROLATADA POR JUIZ DE PRIMEIRO GRAU** nos autos da ação n 202086000324 em que litiga em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO** DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados, alicerçado nos seguintes fundamentos de fato e jurídicos que passa a expor:



I- DOS FATOS

Na origem, trata-se de “Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro DPVAT” movida por EVERALDO DE JESUS SILVA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, processo tombado sob n. 202086000324, cujo trâmite se desenvolveu na Vara Cível da Comarca de Poço Redondo/SE.

Em 03 de Março de 2020 o requerente foi intimado *“para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos: Considerando que a parte requerente é pessoa não alfabetizada, regularizar o mandato, trazendo aos autos instrumento de procuração pública ou instrumento de mandato legítimo e regular, assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas devidamente identificadas, hipótese esta em que a parte requerente deve ratificar em audiência a outorga de poderes ao causídico. Juntar comprovante de residência atualizado em seu nome ou certidão da justiça eleitoral, nos quais informem a sua localização neste município.”*

Em 26 de Maio de 2020 o sistema certificou que transcorreu *in albis* o prazo para a emenda à inicial.

No mesmo dia, o juízo a quo extingue o processo sem julgamento do mérito em razão de não ter sido promovida a emenda à inicial, conseqüentemente indeferindo a petição inicial com espeque no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e condenando o autor nas custas processuais indevidamente.

SENTENÇA

Visto etc.

Trata-se de “Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro DPVAT” movida por EVERALDO DE JESUS SILVA em face de SEGURADORA



LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados na exordial.

Devidamente intimado para cumprir o determinado no despacho de fl. 57, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual determinou a emenda da inicial, a parte requerente não se manifestou, conforme atesta a certidão de fl. 61.

Segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ, a extinção do processo, em decorrência da ausência de emenda da exordial, independe de prévia intimação pessoal da parte, como se vê no aresto a seguir transcrito.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMENDA À INICIAL. PRAZO NÃO CUMPRIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. DESNECESSIDADE. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a extinção do processo sem julgamento do mérito em razão de não ter sido promovida a emenda à inicial no prazo assinado pode ser decretada independentemente de prévia intimação pessoal da parte. (AgRg nos EDcl na AR 3.196/SP, Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJ 29.06.2005; REsp 204.759/RJ, Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ 03.11.2003; REsp 642.400/RJ, Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ 14.11.2005 e REsp 703.998/RJ, Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ 24.10.2005) 2. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 802.055/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 20.03.2006 p. 213)

Assim sendo, tendo em vista o não atendimento do disposto no art. 321 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial com esquite no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e



EXTINGOo processo SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, I do CPC.

Custas pela requerente.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se

Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Poço Redondo/SE, 26 de maio de 2020. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito

Como visto, o magistrado condenou o requerente nas custas processuais, mesmo com o indeferimento da petição inicial, o que é incabível, isso porque, exarada em fase pré-jurisdicional, pelo que se a ação sequer foi processada, bem como não poderia condenar o autor nas custas processuais, logo que, a ausência de indeferimento expresso e fundamentado acerca do pleito de concessão da benesse implica no reconhecimento de seu deferimento tácito.

Dessa forma, houve manifesta violação à norma jurídica elencada no texto do art. 485, IV, art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC, artigo 5º, LXXIV da CF/88, sobretudo porque, ao contrário da conclusão adotada pelo magistrado, a interpretação correta desse dispositivo implica na desnecessidade de pagamento das custas.

II- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Desde já esclarece que a presente Ação Rescisória tem por fundamento processual o Art. 966, V c/c §5º vez que a Sentença que se pretende rescindir foi prolatada em manifesta violação à norma jurídica e a jurisprudência consolidada em nossos tribunais.


Esclarece, ainda, que o trânsito em julgado se deu em primeiro grau de jurisdição em 27 de Julho de 2020.



DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Apresentando O requerente não possui condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Nesse sentido, junta - se a declaração de hipossuficiência.

Registra-se que, **o autor é cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. No referido cadastro, consta que a faixa de renda familiar total é de até um salário mínimo e a faixa de renda familiar por pessoa(per capita) é de R\$ 84,90.**


Ministério da Cidadania
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Comprovante de Cadastramento
Sua família está cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal!

Nome: **EVERALDO DE JESUS SILVA**
Seu NIS é: **16057939760**

Nome da mãe: **IZABEL MARIA DE JESUS**

Data de cadastramento: **15/07/2010**

Município/UF onde está cadastrado: **POCO REDONDO/SE**

Cadastro atualizado: **SIM**

Última atualização cadastral: **31/08/2020**

Data de nascimento: **15/04/1973**

Faixa de Renda familiar total:
Até um salário mínimo

Faixa de Renda familiar por pessoa(per capita):
Até R\$ 89,00

INTEGRANTES DA FAMÍLIA

Nome da pessoa	Data de nascimento	NIS	Parentesco com o Responsável Familiar	Estado cadastral
EVERALDO DE JESUS SILVA	15/04/1973	16057939760	Outro parente	Cadastrado
JAQUELINE DOS SANTOS FARIAS	02/11/1993	16191166460	Responsável Familiar	Cadastrado
LORENZO SANTOS FARIAS	11/10/2019	23884409499	Filho(a)	Cadastrado
VICTOR GABRIEL SANTOS FARIAS	09/02/2010	16694800208	Filho(a)	Cadastrado
JOAO GUILHERME SANTOS FARIAS	25/03/2013	23643982670	Filho(a)	Cadastrado



ANDRADE & NASCIMENTO
— A D V O C A C I A —

O autor ainda anexa extrato da sua única conta bancária junto à instituição financeira Caixa Econômica Federal, onde consta um saldo total de apenas R\$ 31,65.



Por tais razões, pleiteiam - se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC), artigo 98 e seguintes.

III- DAS RAZÕES PARA A RESCISÃO DA SENTENÇA

DA AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA NA INICIAL. AUSÊNCIA DE INFEDERIMENTO EXPRESSO IMPLICA NO RECONHECIMENTO DE SEU DEFERIMENTO TÁCITO.



Excelência, **em uma análise dos autos, é notável que o douto juiz não analisou o requerimento da justiça gratuita, isso porque, não consta na sentença o deferimento ou indeferimento do requerimento da benesses, o que com sua análise acarretaria a desnecessidade de pagamento das custas processuais que o autor foi condenado.**

Assim, houve violação ao art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC, artigo 5º, LXXIV, vejamos

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

- I - as taxas ou as custas judiciais;
- II - os selos postais;
- III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;
- IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;
- V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;
- VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;
- VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;



VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

§ 2º A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

§ 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;



Dessa forma, é equivocada a decisão judicial que deixa de analisar o requerimento de justiça gratuita.

Dessa forma, culto julgadores, caso o magistrado analisasse o pedido de justiça gratuita, a existência da condenação das custas processuais estaria suspensa, esse é o entendimento de nossos tribunais, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL EM FACE DE SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO ANTE A AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, ISENTANDO O AUTOR DO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA NOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. VIABILIDADE. APELO PROVIDO. (...) **2. É devida a condenação de parte beneficiária da justiça gratuita ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, ficando, entretanto, suspensa a sua exigibilidade, enquanto perdurar sua condição de hipossuficiência ou por 05 (cinco) anos, prazo em que restará extinta a obrigação, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil de 2015.** (...) (TJ-CE - APL: 00318622720128060001 CE 0031862-27.2012.8.06.0001, Relator: LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, 2ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 27/09/2017)

TURMA RECURSAL. ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ISENÇÃO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. A GRATUIDADE SUSPENDE A EXIGIBILIDADE E NÃO ISENTA DO PAGAMENTO. ART. 98, §§ 2º E



3º, CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. (...) 2) O benefício da justiça gratuita não se constitui na isenção absoluta do pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mas, tão somente, na desobrigação de pagá-los enquanto durar o estado de necessidade, conforme estabelece o art. 98, §§ 2º e 3º do CPC. (...) (TJ-AP - RI: 00372585620188030001 AP, Relator: MÁRIO MAZUREK, Data de Julgamento: 25/03/2020, Turma recursal)

De outra banda, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.721.249 entendeu que presume-se aceito o pedido de Justiça gratuita quando não houver indeferimento expresso e justificado sobre ele, desde que a parte não tenha praticado qualquer ato incompatível com a gratuidade.

Ao dar provimento ao recurso, a ministra destacou que o juiz em nenhum momento indeferiu expressamente e com fundamentos o pedido de gratuidade.

Vale lembrar que a própria Corte Especial deste Superior Tribunal De Justiça já concluiu que se presume o deferimento do pedido de assistência judiciária gratuita não expressamente indeferido por decisão fundamentada, inclusive na instância especial, pois a ausência de manifestação do Poder Judiciário quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita leva à conclusão de seu deferimento tácito, a autorizar a interposição do recurso cabível sem o correspondente preparo (AgRg no EAREsp 440.971/RS, Corte Especial, DJe 17/03/2016).

Na oportunidade, o Min. Raul Araújo, relator dos autos, teceu considerações no sentido de que *“A omissão do julgador atua em favor da garantia constitucional de acesso à jurisdição e de assistência judiciária gratuita, favorecendo-se*



a parte que requereu o benefício, presumindo-se o deferimento do pedido de justiça gratuita (...)."

Ainda cito o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

JUSTIÇA GRATUITA. HIPÓTESES DE DEFERIMENTO. DECISÃO IMPLÍCITA. DESERÇÃO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior admite a concessão da assistência judiciária gratuita mediante a simples declaração, pelo requerente, de que não pode custear a demanda sem prejuízo da sua própria manutenção e da sua família. 2. Apresentado o pedido, e não havendo indeferimento expresso, não se pode, em princípio, estabelecer uma presunção em sentido contrário ao seu deferimento, mas sim a seu favor. Precedentes. (...) (AgRg nos EDcl no AREsp 475.747/MG, 3ª Turma, DJe 13/05/2014)

Do raciocínio adrede construído, deduz-se a conclusão, então, de que a ausência de indeferimento expresso e fundamentado acerca do pleito de concessão da benesse implica no reconhecimento de seu deferimento tácito, desde que, obviamente, a parte não tenha praticado qualquer ato incompatível com o seu pleito de concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Por fim, **não poderia o magistrado *a quo* condenar o autor ao pagamento das custas processuais, visto que, a ausência de indeferimento expresso e fundamentado acerca do pleito de concessão de justiça gratuita implica no reconhecimento de seu deferimento tácito, ou seja, com o deferimento tácito da justiça gratuita, estaria a exigibilidade da condenação nas custas processuais suspensa pelo prazo previsto em lei, não acarretando a sua cobrança imediata.**

Assim, é ilegal a sentença que condenou o autor nas custas processuais.

INCABÍVEL A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS EM HIPÓTESES DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.

Não obstante tudo quanto acima demonstrado quanto à rescindibilidade da sentença, há outra intransponível barreira a impedir a sobrevida da Sentença rescindenda.

E a razão é tão grave: Violação da Lei! A Sentença violou literal dispositivo de lei. Pode-se dizer, inclusive, que do ponto de vista deontológico a Sentença foi injusta!

Neste sentido, conforme narrativa anterior, **o Magistrado prolator da Sentença rescindenda entendeu pela condenação do autor nas custas processuais, mesmo com o indeferimento da inicial por não atendimento a determinação da emenda à inicial.**

Ora, nada mais exagerado e despropositado!

Ante o não atendimento da determinação, sobreveio sentença indeferindo a petição inicial, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito (art. 485, I, do CPC).

Outrossim, compulsando os fólios do processo originário, nem se quer houve a triangularização processual, isso porque, em nenhum momento o magistrado determinou a citação do polo passivo da ação.



É necessário não perder de vista a posição que a jurisprudência pátria vem assumindo diante da matéria sub examine, conforme se depreende da ementa abaixo transcrita:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS INICIAIS - CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - IMPOSSIBILIDADE. - Conforme dispõe o art. 290 do NCPC, a ausência de recolhimento das custas iniciais enseja o cancelamento da distribuição, **tratando-se de decisão de caráter meramente administrativo, porquanto exarada em fase pré-jurisdicional, pelo que se a ação sequer foi processada, não é razoável se falar em condenação ao pagamento de custas processuais na sentença extintiva.** Ao contrário, incorrer-se-ia em inevitável paradoxo, uma vez que, se as custas fossem pagas, a consequência seria a distribuição da ação e não a sua extinção. (TJ-MG - AC: 10000181409061002 MG, Relator: Maurício Soares, Data de Julgamento: 23/04/2020, Data de Publicação: 28/04/2020)

PROCESSO CIVIL. FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE CUSTAS. IMPOSSIBILIDADE. CASO DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. 1. **A petição inicial foi indeferida porque o autor não cumpriu a determinação para recolher as custas iniciais. Ao tempo em que extinguiu o processo sem resolução do mérito, o juiz de primeiro grau condenou o autor a pagar custas.** 2. Quanto ao pedido de aplicação da Lei 1.060/1950, os documentos acostados aos



autos revelam que o autor não é hipossuficiente e que auferia renda suficiente para arcar com as despesas do processo. A pretensão, portanto, não merece acolhida. 3. A consequência prevista no Código de Processo Civil de 1973 para a falta de preparo era o cancelamento da distribuição (Artigo 257). **Não faz sentido que seja cancelada a distribuição e, ainda assim, a parte tenha que arcar com o pagamento de custas. Sentença que está em confronto com o código processual vigente à época.** 4. Apelação a que se dá provimento para afastar a condenação ao pagamento das custas. (TRF-1 - AC: 00075980420104013811, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, Data de Julgamento: 27/11/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: 26/01/2018)

PROCESSO CIVIL. FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE CUSTAS CORRESPONDENTES A 10% DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. (...) **Não faz sentido que seja cancelada a distribuição e, ainda assim, a parte tenha que arcar com o pagamento de custas. Sentença que está em confronto com o código processual vigente à época.** 3. Nem há de se argumentar que a referência às custas foi um erro material e que o magistrado teria, na verdade, condenado o autor ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência, porque tal verba não era devida, já que sequer houve citação da União. 4. Apelação a que se dá provimento para afastar a condenação ao pagamento das custas. (TRF-1 - AC: 00082216820104013811 0008221-68.2010.4.01.3811, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL



MARIA DO CARMO CARDOSO, Data de Julgamento:
27/11/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: 26/01/2018
e-DJF1)

Assim, com a inércia da parte em proceder com a emenda à inicial é incabível por incoerência a condenação da parte ao pagamento de custas processuais em hipóteses de indeferimento da petição inicial.

Além disso, é incabível a condenação do executado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, sem que se tenha efetivado a triangularização da relação processual.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE TRIANGULARIZAÇÃO PROCESSUAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **1. Incabível a condenação do executado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, sem que se tenha efetivado a triangularização da relação processual, sob pena de nulidade por cerceamento de defesa. 2. Este Tribunal de Justiça possui posicionamento firme no sentido de que a extinção da execução fiscal pelo pagamento do débito após o ajuizamento da demanda e antes da citação, não impõe a obrigação de o executado arcar com o pagamento dos honorários sucumbenciais, uma vez que não houve a angularização da relação jurídica processual. 3.** Recurso conhecido e improvido. (TJ-ES - APL: 00016532620068080035, Relator: WALACE PANDOLPHO



KIFFER, Data de Julgamento: 18/03/2019, QUARTA CÂMARA
CÍVEL, Data de Publicação: 26/03/2019)

Assim, é ilegal a sentença que condenou o autor nas custas processuais.

IV- DA CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA

Inicialmente, destaca-se em a legislação processual brasileira admite a concessão de tutela provisória em sede de Ação Rescisória, conforme os termos do Art. 969 do Código de processo Civil, que assim dispõe:

Art. 969. A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

No caso em questão, a situação da autora se mostra inarredavelmente amoldada à previsão inserida no art. 300 do CPC, porquanto presentes os seus pressupostos genéricos: a prova inequívoca da verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. *In verbis*:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

a) Probabilidade do direito

Repousa no **acervo documental** reunido e nas razões de fato e de direito suscitadas nas linhas acima, restando demonstrado que todos os requisitos estão preenchidos, bem como **levando em consideração que não é cabível a condenação**



nas custas processuais quando o magistrado indefere a petição inicial, como também não poderia o magistrado *a quo* condenar o autor ao pagamento das custas processuais, visto que, a ausência de indeferimento expresso e fundamentado acerca do pleito de concessão de justiça gratuita implica no reconhecimento de seu deferimento tácito, ou seja, com o deferimento tácito da justiça gratuita, estaria a exigibilidade da condenação nas custas processuais suspensa pelo prazo previsto em lei, não acarretando a sua cobrança imediata.

b) Perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Conforme narrado, o autor foi condenado ao pagamento das custas processuais.

Em razão da condenação levada a efeito pela r. Sentença rescindenda, pesa sobre o autor a possibilidade de inscrição na Dívida Ativa do Estado do Sergipe caso não efetue o pagamento no valor de R\$ 623,02, como já determinado pelo juízo *a quo*.

PROCESSO:
202086000324

DATA:
19/08/2020

MOVIMENTO:
Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:
Intimar a parte requerente, pessoalmente, para promover o pagamento das custas finais no valor de R\$ 623,02, devendo juntar o comprovante no processo, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. A guia de recolhimento nº 202013100879(anexa), poderá ser retirada na secretaria deste juízo, bem como no Portal do TJSE na internet.
Prazo: 60 (sessenta) dias.

LOCALIZAÇÃO:
Secretaria

PUBLICAÇÃO:
Sim



Tal medida lança o autor na mais absoluta precariedade, pois o autor não tem renda suficiente para efetuar o pagamento, levando em consideração a sua hipossuficiência, já demonstrada em tópico próprio.

A mão que firmemente manejava a balança fora ceifada pela espada, que pesadamente recaiu sobre o autor. Já alertava Rudolf Von Ihering, há aproximadamente 150 anos, que:

“A espada sem a balança é a força bruta, a balança sem a espada é o direito impotente; completam-se mutuamente: e, na realidade, o direito só reina quando a força despendida pela justiça para empunhar a espada corresponde à habilidade que emprega em manejar a balança.”

Posto tal advertência secular, necessário se faz a adoção de medidas urgentes para que não se torne ineficaz a medida final.

Assim, **o autor estar na iminência de ser inscrito na dívida ativa do Estado de Sergipe, sendo que poderá ter valores bloqueados em sua conta e, conseqüentemente, demais medidas executórias.**

De toda forma, as restrições acima, por si só, já indicam que os danos que o autor já está sofrendo, e que tendem a piorar dia a dia, serão irreparáveis.

Por isso é necessária a suspensão imediata dos efeitos da Sentença Rescindenda.

V- DOS PEDIDOS



Diante dos fatos narrados, é a presente para requerer se digne esse Egrégio Tribunal:

- a) **A concessão da Gratuidade de Justiça**, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil;
- b) O deferimento da **ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, *inaudita altera pars e initio litis* para suspender os efeitos da sentença rescindida;**
- c) **Determinar a citação da Ré**, assinando-lhe prazo legal para que venha responder aos termos da presente ação, sob pena de restarem verdadeiros os fatos alegados, nos moldes do artigo 491, todos do Código de Processo Civil;
- d) **Julgar o pedido da presente demanda totalmente procedente, declarando rescindida a sentença prolatada** pelo MM. Juízo da Vara Cível de Poço Redondo por violação de literal dispositivo de lei e jurisprudencial, **promovendo um novo julgamento da matéria afastando a condenação nas custas processuais pelos fatos e razões alegadas.**
- e) **A condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios com base no artigo 85, §2º do CPC;**

Protesta-se pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente juntada de documentos, e depoimentos pessoais, tudo desde já requerido.

Requer, por fim, sejam as intimações realizadas exclusivamente em nome do subscritor da presente, **ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO (OAB/SE 8.322)**, com



ANDRADE & NASCIMENTO
— A D V O C A C I A —

endereço à Rua Germiniana Santa, nº 33, Centro, na Cidade de Jeremoabo/BA, CEP 48540-000, sob pena de nulidade.

Dá-se a causa o valor de R\$ 1.200 (mil e duzentos reais).

Nestes termos,

Pede deferimento

Jeremoabo, 04 de Março de 2021

Antonio Jadson do Nascimento

OAB/SE 8.322



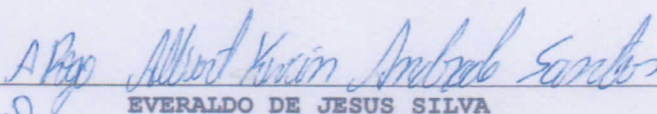
JADSON NASCIMENTO
ADVOGADO

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA ET EXTRA"

EVERALDO DE JESUS SILVA brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG n.1229085, e CPF n 66187826515, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves, Aracaju/SE; pelo presente instrumento nomeia como seu advogado e bastante procurador, ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SE sob o n.º 8322, com escritório profissional logrado na Rua Germiniano Santana n 33, Centro, Jeremoabo-BA, CEP:48.540000 e JULIA MALENA ANDRADE LIMA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/BA sob o n.º 63359. Ao qual confere amplos poderes o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e deferem nas contrárias, seguindo umas e outras até o final da decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes os poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, bem assim representar a outorgante junto a quaisquer repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais e entidades autárquicas, ter vistas dos processos, juntar e retirar documentos, promover ação judicial na esfera administrativa e nos Juízos Cíveis, Criminais e Trabalhista, produzindo provas, arrazoando, recorrendo, embargando, agravando, promovendo execuções de sentenças, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes; dando tudo por bom, firme e valioso, ratificados os poderes acima impressos.

EVERALDO DE JESUS SILVA brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG n.1229085, e CPF n 66187826515, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves, Aracaju/SE; que não tenho condições financeiras de arcar com qualquer valor referente às custas processuais, sem com tudo, dispor da manutenção do lar e da vida social. Era o que tinha a declarar. Requer assim, a gratuidade da justiça.

Jeremoabo, 02 de Março de 2020


EVERALDO DE JESUS SILVA

Av. Deputado Luiz Eduardo Magalhães 22A,
Centro, de Jeremoabo-Ba, CEP 48540-000,
Fone: (75) 3203-1194
Email:

• Jelmária Almeida da Silva

• Eliane Gonçalves Carvalho

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE RECURSOS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENDES"




CARTEIRA DE IDENTIDADE

15/04/1973

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 661.878.265-15

Nome EVERALDO DE JESUS SILVA

Nascimento 15/04/1973

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 1.229.005

DATA DE EMISSÃO 29/03/2011

2.ª VIA

NOME EAFRÃO DE JESUS SILVA

FLUXO

EUFRÁSIO DA SILVA

IZABEL MARIA DE JESUS SILVA

NATURALIDADE

POCO REDONDO-SE

DOS CRIMES

DT. NASCIM. 15/04/1973

OFF. CIVIL, DIST. 15/04/1973

DATA DE NASCIMENTO 15/04/1973

11386013

05.0000

SENHOR LIDER PMAT 8. 12/12/2016 09:37 - 00000118428

FATURA MENSAL DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Localidade Matrícula Nome do Cliente
001 111921.4 MARSA DO CARMO VITOR
Endereço (Rua, Nº)

RUA ALEXANDRE BISPO DE ANDRADE, 255
CEP Roteiro de Leitura Ident. do Hidrômetro Res. Com. Ind. Pub.
49092-070 016021/00246 A09N004637 1 0 0 0
Leitura Atual Leitura Anterior Consumo m³ Data da Leitura Dias de Consumo
607 602 10 06/04/2016 29

Descrição dos Serviços Valores
ÁGUA 30,85
ESGOTO 0,00

Responsável Histórico de Consumos/m³ Média
00000 10/2015 11/2015 12/2015 01/2016 02/2016 03/2016 8
007 013 010 007 008
Motivo da Ausência de Leitura Código Auxiliar
1R000
Débito do Exercício Débito do Exercício Anterior
J F M A M J J A S O N D
Caso tenha pago desconsiderar o aviso
A E S R Mês / Ano
3 1 51 36 04/2016
VALORES EM R\$
ÁGUA 30,85
ESGOTO 0,00
SERVIÇOS 0,00
TOTAL 30,85
VENCIMENTO 18/04/2016

Decreto Federal nº 5.440/2005 - Art. 5º inciso I	Turbidez	Cor	Cloro	Fluor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Qualidade da Água Distribuída						
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	239	67	239		239	Observação no Verso
Nº de Amostras Analisadas	357	357	357		357	357
Nº de Amostras em Conformidade com a Portaria 2.914/2011	210	251	338		353	354

(Significado dos Parâmetros de Controle: Vide verso)

As Amostras que não atenderam ao padrão foram solucionadas

Vigilância Sanitária do Município - Telefone: (79)2106.9766
Mensagem:

DENGUE E CHIKUNGUNYA - O PERIGO AUMENTOU, E A RESPONSABILIDADE DE TODOS TAMBEM.
VAMOS COMBATER ESSE MOSQUITO!

Notificações

A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços.

SC 09 Favor Autenticar no Verso



Ministério da Cidadania
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Comprovante de Cadastramento

Sua família está cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal!

Nome: **EVERALDO DE JESUS SILVA**

Seu NIS é: **16057939760**

Data de nascimento: **15/04/1973**

Nome da mãe: **IZABEL MARIA DE JESUS**

Faixa de Renda familiar total:

Até um salário mínimo

Data de cadastramento: **15/07/2010**

Faixa de Renda familiar por pessoa(per capita):

Até R\$ 89,00

Município/UF onde está cadastrado: **POCO REDONDO/SE**

Cadastro atualizado: **SIM**

Última atualização cadastral: **31/08/2020**

INTEGRANTES DA FAMÍLIA

Nome da pessoa	Data de nascimento	NIS	Parentesco com o Responsável Familiar	Estado cadastral
EVERALDO DE JESUS SILVA	15/04/1973	16057939760	Outro parente	Cadastrado
JAQUELINE DOS SANTOS FARIAS	02/11/1993	16191166460	Responsável Familiar	Cadastrado
LORENZO SANTOS FARIAS	11/10/2019	23884409499	Filho(a)	Cadastrado
VICTOR GABRIEL SANTOS FARIAS	09/02/2010	16694800208	Filho(a)	Cadastrado
JOAO GUILHERME SANTOS FARIAS	25/03/2013	23643982670	Filho(a)	Cadastrado

Observações:

A autenticidade poderá ser confirmada no site do Ministério da Cidadania (https://meucadunico.cidadania.gov.br/meu_cadunico/), informando a chave de segurança abaixo:

Chave de segurança: **p6m0.2isd.YtOA.QVom**

Consulta realizada às **16:01:25** do dia **03/03/2021**

Esse comprovante contém informações do Sistema de Cadastro Único de Janeiro/2021



Extrato

Horários e Limites

Saldo	31,65 C
Saldo bloqueado	0,00
Saldo disponível	31,65 C
Saldo total	31,65 C

* 650 - Sujeito a alteração até o final do expediente bancário.

Extrato

DATA MOV.	NR. DOC.	HISTÓRICO	VALOR
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00
		Saldo	31,61 C
23/02/2021	000000	REM BASICA	0,00 C
		Saldo	31,61 C
23/02/2021	000000	CRED JUROS	0,01 C
		Saldo	31,62 C
24/02/2021	000000	REM BASICA	0,00 C
		Saldo	31,62 C
24/02/2021	000000	CRED JUROS	0,01 C
		Saldo	31,63 C
25/02/2021	000000	REM BASICA	0,00 C
		Saldo	31,63 C
25/02/2021	000000	CRED JUROS	0,01 C
		Saldo	31,64 C
26/02/2021	000000	REM BASICA	0,00 C
		Saldo	31,64 C
26/02/2021	000000	CRED JUROS	0,01 C
		Saldo	31,65 C

* 670 - Não há lançamentos do dia.

EXTRATO POR PERÍODO

CONSULTA AGENDAMENTOS

RETORNAR



Conta ▾

1045 013 00045777-9

Meu Saldo ▾

R\$ 31,65



minha conta



investimentos



fgts e inss



pagamentos



crédito



pix



habitação



cartões



transferências





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

27/07/2020

MOVIMENTO:

Trânsito em Julgado

DESCRIÇÃO:

Decorreu in albis o prazo recursal.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202086000324	Distribuição: 02/03/2020
Número Único: 0000318-32.2020.8.25.0059	Competência: Poço Redondo
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: EVERALDO DE JESUS SILVA

Endereço:

Complemento:

Bairro:

Cidade: POCO REDONDO - Estado: SE - CEP: 49810000

Advogado(a): ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO 8322/SE

Requerido: SEGURADORA LIDER

Endereço: Rua da Assembléia

Complemento: 16º andar

Bairro: Centro

Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011000

Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

02/03/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202086000324, referente ao protocolo nº 20200302121602909, do dia 02/03/2020, às 12h16min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
_____ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POÇO REDONDO - SE.

EVERALDO DE JESUS SILVA, brasileiro, solteiro, lavrador, portador da cédula de identidade RG nº 1.229.085 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 661.878.265-15, residente no Povoado Santa Rosa do Hermirio, Poço Redondo - SE, por intermédio de seu advogado e bastante procurador "in fine" assinado, com escritório profissional localizado no endereço constante do rodapé da presente, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO de Cobrança de Diferença de SEGURO DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados, alicerçado nos seguintes fundamentos de fato e jurídicos que passa a expor:

DOS FATOS

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 08/03/2015, tendo como consequência trauma na tíbia e fíbula esquerda, bem como, varias escoriações pelo corpo, Como consta no **Boletim de Ocorrência da Polícia Judiciária Civil**.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor.

Acontece que a parte autora não recebeu administrativamente nenhum valor referente ao sinistro, mesmo tendo recebido toda a documentação na seara administrativa, recebido em 12/12/2016 com o nº 16225/2016.

Tendo em vista, que as lesões no membro supra mencionados corresponde a o valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo **que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DO REQUERENTE, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO.

Diante de tais fatos e da comprovação do acidente, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.**

LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT - anteriormente conhecido como "Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT".

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

"CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo."

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

"§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES."

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

DO DIREITO

PRELIMINARMENTE

DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

O Requerente declara em sã consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da **Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950**, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DO ART. 334, CPC

Sendo requisito da inicial, definido no art. 319, VII do CPC/15, a parte Autora informa que possui interesse na audiência de conciliação, todavia, em ações dessa natureza, a parte Ré não oferece proposta de acordo sem que haja o laudo médico pericial atestando o grau de invalidez das sequelas suportadas pela parte autora, razão pela qual, requer-se a designação de perícia médica judicial prévia ou em conjunto com a audiência de conciliação, evitando-se assim a realização de atos desnecessários e inúteis.

DA VIA ELEITA PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO:

ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA

A Requerente não está obrigada a exercer ser INTERESSE DE AGIR, inicialmente ou tão somente pela Via administrativa, em face de ter havido irregularidades no pagamento, o que a leva ao ajuizamento da presente ação para efetivar-se cobrança de diferenças não pagas em favor do Requerente.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual do Requerente, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária pretendida e de forma justa, tendo em vista que, mesmo tendo enviado toda a documentação necessária a Seguradora Líder vem exigidos documentos desnecessários para o pagamento.

Contudo, o Requerente, não tendo dúvida de seu direito de poder cobrar judicialmente a diferença existente a seu favor e não paga é que pleiteia a presente ação.

DO DIREITO AO SEGURO DPVAT

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que as lesões no membro supra mencionados corresponde a o valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo **que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o

nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA - DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA - NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente" ...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

"registro da ocorrência no órgão policial competente".

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e o Laudo do IML, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. **1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior.** 2. A percepção dos valores referentes ao

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível N° 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil,

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), **portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário**, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 -
CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL AMÉRICA CIA.
NACIONAL DE SEGUROS**

APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA

Número do Protocolo: 69727/2008

Data de Julgamento: 8-9-2008

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE
COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR
DE DESERÇÃO - REJEITADA - **ALEGAÇÃO DE**

AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL -
AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL
- DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO
POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E
INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE -
COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO
- ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO -
AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO
DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE -
GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE
DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES
DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS
- RECURSO DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº
6.194/74, "*o pagamento da indenização será
efetuado mediante simples prova do acidente
e do dano decorrente*".

*Demonstrado o nexo causal existente entre o
acidente automobilístico e a lesão de
caráter permanente na vítima, impõe-se o
dever de indenizar.*

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL
NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E
IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE
COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A
INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE
SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE
PROVA. (...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por
lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao

reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei Federal 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (**TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO**).

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT .

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, **tendo direito assegurado aos honorários**

convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

"Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência."

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexo com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim *verbis*:

Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)

(...)

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º - "Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação eqüitativa** do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior." (g.n.)

a) O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenado no pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00,

aplicando assim, o parágrafo 3º do art. 20, que assim prevê:

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:

§ 4º - "Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação eqüitativa** do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior." (g.n.)

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 20, § 4º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

"Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

importa que o vulto da demanda não justifique a despesa" (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. em 20-3-2001).

"O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional." (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 - grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, **ou** que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

DO PEDIDO

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

a) A concessão da justiça gratuita, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de **citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR)**, nos termos dos Arts. 221, inciso I e 222, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

d) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, **for decretada a revelia da Seguradora Requerida**, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, **condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo**, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

e) Que julgue a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, reconhecendo que a seguradora pague tal diferença da indenização referente ao **SEGURO OBRIGATORÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e COREÇÃO MONETÁRIA** com índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.5000,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção)

**ANDRADE & NASCIMENTO
ADVOCACIA**

f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

g) Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%.

h) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

h) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome do DR. ANTONIO JADSON DOS SANTOS - OAB 8.322/SE, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, § 1º do CPC;

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), **apenas** para fins de alçada.

T. em que,

P. e E. Deferimento.

Jeremoabo-BA, 13 de Março de 2019.

ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO

OAB/SE 8.322



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

03/03/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000049}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

03/03/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Processo nº 202086000324 DESPACHO R. Hoje Compulsando os autos, constato que, nos termos do art. 319 e ss, NCPC, há irregularidade na exordial a ensejar devida retificação. Entendo que, em virtude do princípio da cooperação, deve o magistrado indicar expressamente os vícios contidos na inicial em seu provimento jurisdicional, dando a oportunidade para que o causídico venha saneá-los no prazo legal, sob pena de extinção. Assim, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos: Considerando que a parte requerente é pessoa não alfabetizada, regularizar o mandato, trazendo aos autos instrumento de procuração pública ou instrumento de mandato legítimo e regular, assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas devidamente identificadas, hipótese esta em que a parte requerente deve ratificar em audiência a outorga de poderes ao causídico. Juntar comprovante de residência atualizado em seu nome ou certidão da justiça eleitoral, nos quais informem a sua localização neste município. Poço Redondo/SE, 03 de março de 2020. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito K

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Redondo**

Nº Processo 202086000324 - Número Único: 0000318-32.2020.8.25.0059

Autor: EVERALDO DE JESUS SILVA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Processo nº202086000324

DESPACHO

R. Hoje

Compulsando os autos, constato que, nos termos do art. 319 e ss, NCPC, há irregularidade na exordial a ensejar devida retificação.

Entendo que, em virtude do princípio da cooperação, deve o magistrado indicar expressamente os vícios contidos na inicial em seu provimento jurisdicional, dando a oportunidade para que o causídico venha sanear os no prazo legal, sob pena de extinção.

Assim, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos:

- Considerando que a parte requerente é pessoa não alfabetizada, regularizar o mandato, trazendo aos autos instrumento de **procuração pública** ou instrumento de mandato legítimo e regular, assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas devidamente identificadas, hipótese esta em que a parte requerente deve ratificar em audiência a outorga de poderes ao causídico.
- Juntar comprovante de residência atualizado em seu nome ou certidão da justiça eleitoral, nos quais informem a sua localização neste município.

Poço Redondo/SE, 03 de março de 2020.

LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA

Juiz de Direito

K



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA, Juiz(a) de Poço Redondo**, em 03/03/2020, às 15:06:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000482892-70**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

30/03/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Este feito aguarda o decurso do prazo retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

12/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Este feito aguarda o decurso do prazo constante no mandado retro, que termina em 13/05/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

26/05/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Decorreu in albis o prazo retro.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

26/05/2020

MOVIMENTO:

Julgamento

DESCRIÇÃO:

SENTENÇA Visto etc. Trata-se de Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro DPVAT movida por EVERALDO DE JESUS SILVA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados na exordial. Devidamente intimado para cumprir o determinado no despacho de fl. 57, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual determinou a emenda da inicial, a parte requerente não se manifestou, conforme atesta a certidão de fl. 61. Segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça STJ, a extinção do processo, em decorrência da ausência de emenda da exordial, independe de prévia intimação pessoal da parte, como se vê no aresto a seguir transcrito. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMENDA À INICIAL. PRAZO NÃO CUMPRIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. DESNECESSIDADE. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a extinção do processo sem julgamento do mérito em razão de não ter sido promovida a emenda à inicial no prazo assinado pode ser decretada independentemente de prévia intimação pessoal da parte. (AgRg nos EDcl na AR 3.196/SP, Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJ 29.06.2005; REsp 204.759/RJ, Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ 03.11.2003; REsp 642.400/RJ, Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ 14.11.2005 e REsp 703.998/RJ, Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ 24.10.2005) 2. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 802.055/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 20.03.2006 p. 213) Assim sendo, tendo em vista o não atendimento do disposto no art. 321 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial com espeque no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e EXTINGO o processo SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, I do CPC. Custas pela requerente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Poço Redondo/SE, 26 de maio de 2020. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Redondo**

Nº Processo 202086000324 - Número Único: 0000318-32.2020.8.25.0059

Autor: EVERALDO DE JESUS SILVA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Julgamento >> Sem Resolução de Mérito >> Extinção >> Indeferimento da petição inicial

SENTENÇA

Visto etc.

Trata-se de "Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro DPVAT" movida por **EVERALDO DE JESUS SILVA** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, ambos devidamente qualificados na exordial.

Devidamente intimado para cumprir o determinado no despacho de fl. 57, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual determinou a emenda da inicial, a parte requerente não se manifestou, conforme atesta a certidão de fl. 61.

Segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ, a extinção do processo, em decorrência da ausência de emenda da exordial, independe de prévia intimação pessoal da parte, como se vê no aresto a seguir transcrito.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMENDA À INICIAL. PRAZO NÃO CUMPRIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. DESNECESSIDADE.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a extinção do processo sem julgamento do mérito em razão de não ter sido promovida a emenda à inicial no prazo assinado pode ser decretada independentemente de prévia intimação pessoal da parte.

(AgRg nos EDcl na AR 3.196/SP, Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJ 29.06.2005; REsp 204.759/RJ, Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ 03.11.2003; REsp 642.400/RJ, Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ 14.11.2005 e REsp 703.998/RJ, Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ 24.10.2005) 2. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 802.055/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 20.03.2006 p. 213)

Assim sendo, tendo em vista o não atendimento do disposto no art. 321 do Código de Processo Civil, **INDEFIRO** a petição inicial com espeque no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e **EXTINGO** o processo **SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, com fulcro no art. 485, I do CPC.

Custas pela requerente.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Poço Redondo/SE, 26 de maio de 2020.

LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA

Juiz de Direito



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA**, Juiz(a) de Poço Redondo, em 26/05/2020, às 17:37:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000971239-46**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

27/05/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi carta de nº 202086002470SEGURADORA LIDER

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

27/05/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202086002470 do tipo Intimação parte processo sentença [TM229,MD1694]

{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal



202086002470

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: EVERALDO DE JESUS SILVA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Apresente, extraída do processo acima identificado, vem **INTIMAR** Vossa Senhoria da sentença de cópia anexa.

Observação: SENTENÇA Visto etc. Trata-se de Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro DPVAT? movida por EVERALDO DE JESUS SILVA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados na exordial. Devidamente intimado para cumprir o determinado no despacho de fl. 57, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual determinou a emenda da inicial, a parte requerente não se manifestou, conforme atesta a certidão de fl. 61. Segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ? STJ, a extinção do processo, em decorrência da ausência de emenda da exordial, independe de prévia intimação pessoal da parte, como se vê no aresto a seguir transcrito. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMENDA À INICIAL. PRAZO NÃO CUMPRIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. DESNECESSIDADE. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a extinção do processo sem julgamento do mérito em razão de não ter sido promovida a emenda à inicial no prazo assinado pode ser decretada independentemente de prévia intimação pessoal da parte. (AgRg nos EDcl na AR 3.196/SP, Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJ 29.06.2005; REsp 204.759/RJ, Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ 03.11.2003; REsp 642.400/RJ, Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ 14.11.2005 e REsp 703.998/RJ, Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ 24.10.2005) 2. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 802.055/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 20.03.2006 p. 213) Assim sendo, tendo em vista o não atendimento do disposto no art. 321 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial com espeque no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e EXTINGO o processo SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, I do CPC. Custas pela requerente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Poço Redondo/SE, 26 de maio de 2020. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEGURADORA LIDER
Residência: Rua da Assembléia, 16º andar, 100
Bairro: Centro
CEP: 20011000
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM229, MD1694]



Documento assinado eletronicamente por **YURI RODRIGO DE SOUSA ARAGAO**,
Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo, em 27/05/2020,
às 18:32:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico
www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento
do número de consulta pública **2020000980210-45**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

27/07/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20200724184504183 às 18:45 em 24/07/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE POCO REDONDO/SE

Processo: 202086000324

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EVERALDO DE JESUS SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue.

Tendo em vista a sentença prolatada e, que não há informação sobre a interposição de recurso, requer seja certificado o trânsito em julgado, bem como seja dada baixa e proceda-se com o arquivamento.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

POCO REDONDO, 24 de julho de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

ENTRE A SEDE DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

These authors have

Sociedade anônima

Positive Environmental

Normal

128 An. Deutscher

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Other Arguments:

0000131501-18/12/2017

DOI: 10.1002/for

SEGURO LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Balance(s): 102595034

Week: ECC32023-D73D-4232-8033-7CC99416A904

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DRF	21,00	21,00



REQUERIMIENTO



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT S/A

NÍKE: 133.0020479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

NUMERO: 133.0028479-9 Protocolo: 00-2018/01152-4 Data do protocolo: 28/11/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NUMERO 00001149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Authenticity: FD69743867A48220CF0K4956AFAD5ECF8FFD5CF68740F233K496AFDABDE1FD8

Autenticação: FD69743867A482229C76A4856APADCECF89FD3CF68740F233A496AF0AB08179E

Para validar o documento acesse <http://www.tuceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabil de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-Df, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

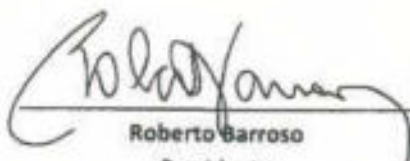
CR *Luci*

7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD858CF8FFD5CF68740F233E496AFDA80X1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00053149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFEE4836AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

27/07/2020

MOVIMENTO:

Trânsito em Julgado

DESCRIÇÃO:

Decorreu in albis o prazo recursal.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

27/07/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Cancelamento do Mandado/Carta de nr.202086002470 de Intimação parte processo sentença [Movimento gerado nos processos em que se presume a não devolução das cartas pelo ECT, conforme determinação da CGJ.]

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

07/08/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que nesta data não consegui visualizar a guia de custas gerada devido a erro no Sistema, mas farei outra tentativa posteriormente.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

19/08/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar a parte requerente, pessoalmente, para promover o pagamento das custas finais no valor de R\$ 623,02, devendo juntar o comprovante no processo, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. A guia de recolhimento nº 202013100879(anexa), poderá ser retirada na secretaria deste juízo, bem como no Portal do TJSE na internet. Prazo: 60 (sessenta) dias.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

Instruções:

1. Use impressora jato de tinta ou laser em qualidade normal ou alta. Não use modo econômico.
2. Utilize papel A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) e margens mínimas à esquerda e à direita.
3. Corte na linha indicada. Não rasure ou dobre a região onde se encontra o código de barras.

**RECIBO DO PAGADOR**

Local de Pagamento: PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento : 16/10/2020
Beneficiário TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE CNPJ: 13.166.970/0001-03 END.: Praça Fausto Cardoso, 112 Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-080					Agência / Cod. Beneficiário 034 / 244001582
Data do documento: 19/08/2020	No. do documento 10369103	Espécie doc. 99	Aceite S	Data Processamento : 19/08/2020	Nosso Número 103691035
Uso do Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 623,02
<p>Se o pagamento for no BANESE a sua liberação será em 24 horas. Se for em outros Bancos, a liberação poderá demorar até 72 horas.</p> <p>Número da Guia: 202013100879 Comarca: Poço Redondo Número do Processo: 202086000324 Numeração Única: 0000318-32.2020.8.25.0059 Requerente: EVERALDO DE JESUS SILVA Requerido: SEGURADORA LIDER Valor do Oficial de Justiça (R\$): 0,00 Valor do Depósito Inicial a Deduzir (R\$): 0,00 Valor da Taxa Judiciária (R\$): 202,50 Diversos (R\$): 0,00 Valor das Custas - Tabela F (R\$): 386,98 Valor Avaliador (R\$): N,aN Valor da Taxa de Distribuição (R\$): 20,73 Tipo: Final Cível</p>					
PAGADOR: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA CNPJ: Autenticação Mecânica 09248608000104 RUA SENADOR DANTAS CENTRO RIO DE JANEIRO RJ 20031205 SACADOR/AVALISTA:					

Via - Parte

**RECIBO DO CEDENTE**

Local de Pagamento: PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento : 16/10/2020
Beneficiário TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE CNPJ: 13.166.970/0001-03 END.: Praça Fausto Cardoso, 112 Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-080					Agência / Cod. Beneficiário 034 / 244001582
Data do documento: 19/08/2020	No. do documento 10369103	Espécie doc. 99	Aceite S	Data Processamento : 19/08/2020	Nosso Número 103691035
Uso do Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 623,02
<p>Número da Guia: 202013100879 Comarca: Poço Redondo Número do Processo: 202086000324 Numeração Única: 0000318-32.2020.8.25.0059 Requerente: EVERALDO DE JESUS SILVA Requerido: SEGURADORA LIDER Valores do Oficial de Justiça (R\$): 0,00 Valor do Depósito Inicial a Deduzir (R\$): 0,00 Valor da Taxa Judiciária (R\$): 202,50 Diversos (R\$): 0,00 Valor das Custas - Tabela F (R\$): 386,98 Valor Avaliador (R\$): N,aN Valor da Taxa de Distribuição (R\$): 20,73 Tipo: Final Cível</p>					
PAGADOR: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA CNPJ: Autenticação Mecânica 09248608000104 RUA SENADOR DANTAS CENTRO RIO DE JANEIRO RJ 20031205 SACADOR/AVALISTA:					

Via - Cartório



04793.42446 00158.210369 91035.047280 9 84100000062302

Local de Pagamento: PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento : 16/10/2020					
Beneficiário TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE CNPJ: 13.166.970/0001-03 END.: Praça Fausto Cardoso, 112 Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-080					Agência / Cod. Beneficiário 034 / 244001582					
Data do documento: 19/08/2020	No. do documento 10369103	Espécie doc. 99	Aceite S	Data Processamento : 19/08/2020	Nosso Número 103691035					
Uso do Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 623,02					
<p>Instruções</p> <p>Número da Guia: 202013100879 Comarca: Poço Redondo Número do Processo: 202086000324 Numeração Única: 0000318-32.2020.8.25.0059 Requerente: EVERALDO DE JESUS SILVA Requerido: SEGURADORA LIDER Valores do Oficial de Justiça (R\$): 0,00 Valor do Depósito Inicial a Deduzir (R\$): 0,00 Valor da Taxa Judiciária (R\$): 202,50 Diversos (R\$): 0,00 Valor das Custas - Tabela F (R\$): 386,98 Valor Avaliador (R\$): N,aN Valor da Taxa de Distribuição (R\$): 20,73 Tipo: Final Cível</p> <p>Não receber após vencimento</p>					<table border="1"> <tr><td>(-) Descontos/ Abatimento</td></tr> <tr><td>(-) Outras Deduções</td></tr> <tr><td>(+) Mora/ Multa</td></tr> <tr><td>(+) Outros Acréscimos</td></tr> <tr><td>(=) Valor Cobrado</td></tr> </table>	(-) Descontos/ Abatimento	(-) Outras Deduções	(+) Mora/ Multa	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Cobrado
(-) Descontos/ Abatimento										
(-) Outras Deduções										
(+) Mora/ Multa										
(+) Outros Acréscimos										
(=) Valor Cobrado										
PAGADOR: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA CNPJ: Autenticação Mecânica										

09248608000104
RUA SENADOR DANTAS CENTRO
RIO DE JANEIRO RJ 20031205

SACADOR/AVALISTA:

Via - Banco





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

19/08/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi mandado de nº 202086003784 para EVERALDO DE JESUS SILVA

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

19/08/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202086003784 do tipo Intimação Parte do Processo Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial [TM1406,MD1826]

 {Destinatário(a): EVERALDO DE JESUS SILVA}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Cumprimento Prioritário



202086003784

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: EVERALDO DE JESUS SILVA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Poço Redondo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, INTIME a parte abaixo identificada, para cumprir o/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos, na forma da finalidade adiante.

Prazo: Prazo: 60 (sessenta) dias.

Finalidade: Intimar a parte requerente, pessoalmente, para promover o pagamento das custas finais no valor de R\$ 623,02, COM VENCIMENTO PARA 16/10/2020, devendo juntar o comprovante no processo, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. A guia de recolhimento nº 202013100879 (anexa), poderá ser retirada na secretaria deste juízo, bem como no Portal do TJSE na internet.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome : EVERALDO DE JESUS SILVA
Residência : Povoado Santa Rosa do Ermírio, , s/n
Bairro : Zona Rural
Cidade : Poço Redondo - SE - SE

[TM1406, MD1826]



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA**, Magistrado(a) de Poço Redondo, em 19/08/2020, às 17:11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001497809-46**.

Recebi o mandado 202086003784 em ____/____/____



EVERALDO DE JESUS SILVA



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

21/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO - 8322}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA ____ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE POÇO REDONDO - SE.

Processo nº: 202086000324

EVERALDO DE JESUS SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente ação em epigrafe, vem por meio de seu advogado, á insigne presença de Vossa Excelência, expor e requerer:

Compulsando os fólios, esse D. Juízo *“Assim sendo, tendo em vista o não atendimento do disposto no art. 321 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial com espeque no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e EXTINGO o processo SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, I do CPC.”*, bem como condena o autor em custas processuais.

Acontece, excelência, **incabível condenação ao pagamento das custas processuais em hipóteses de indeferimento da petição inicial.**

É necessário não perder de vista a posição que a jurisprudência pátria vem assumindo diante da matéria sub examine, conforme se depreende da ementa abaixo transcrita:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS INICIAIS - CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - IMPOSSIBILIDADE. - Conforme dispõe o art. 290 do NCPC, a ausência de recolhimento das custas iniciais enseja o cancelamento da distribuição, tratando-se de decisão de caráter meramente administrativo, porquanto exarada em fase

Página 1 de 4



pré-jurisdicional, pelo que se a ação sequer foi processada, não é razoável se falar em condenação ao pagamento de custas processuais na sentença extintiva. Ao contrário, incorrer-se-ia em inevitável paradoxo, uma vez que, se as custas fossem pagas, a consequência seria a distribuição da ação e não a sua extinção. (TJ-MG - AC: 10000181409061002 MG, Relator: Maurício Soares, Data de Julgamento: 23/04/2020, Data de Publicação: 28/04/2020)

PROCESSO CIVIL. FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE CUSTAS. IMPOSSIBILIDADE. CASO DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. 1. A petição inicial foi indeferida porque o autor não cumpriu a determinação para recolher as custas iniciais. Ao tempo em que extinguiu o processo sem resolução do mérito, o juiz de primeiro grau condenou o autor a pagar custas. 2. Quanto ao pedido de aplicação da Lei 1.060/1950, os documentos acostados aos autos revelam que o autor não é hipossuficiente e que auferia renda suficiente para arcar com as despesas do processo. A pretensão, portanto, não merece acolhida. 3. A consequência prevista no Código de Processo Civil de 1973 para a falta de preparo era o cancelamento da distribuição (Artigo 257). Não faz sentido que seja cancelada a distribuição e, ainda assim, a parte tenha que arcar com o pagamento de custas. Sentença que está em confronto com o código processual vigente à época. 4. Apelação a que se dá provimento para afastar a condenação ao pagamento das custas. (TRF-1 - AC: 00075980420104013811, Relator: DESEMBARGADORA



FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, Data de Julgamento: 27/11/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: 26/01/2018) PROCESSO CIVIL. FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE CUSTAS CORRESPONDENTES A 10% DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. 1. A petição inicial foi indeferida porque o autor não cumpriu a determinação para recolher as custas iniciais. Ao tempo em que extinguiu o processo sem resolução do mérito, o juiz de primeiro grau condenou o autor a pagar custas equivalentes a 10% do valor atualizado da causa. 2. A consequência prevista no Código de Processo Civil de 1973 para a falta de preparo era o cancelamento da distribuição (Artigo 257). Não faz sentido que seja cancelada a distribuição e, ainda assim, a parte tenha que arcar com o pagamento de custas. Sentença que está em confronto com o código processual vigente à época. 3. Nem há de se argumentar que a referência às custas foi um erro material e que o magistrado teria, na verdade, condenado o autor ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência, porque tal verba não era devida, já que sequer houve citação da União. 4. Apelação a que se dá provimento para afastar a condenação ao pagamento das custas. (TRF-1 - AC: 00082216820104013811 0008221-68.2010.4.01.3811, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, Data de Julgamento: 27/11/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: 26/01/2018 e-DJF1)

APELAÇÃO CÍVEL - PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA -
DOCUMENTOS - CAPACIDADE FINANCEIRA - RENDA DA PESSOA



JURÍDICA - INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO - INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PRÉVIAS - INÉRCIA - EXTINÇÃO DO PROCESSO - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO - CUSTAS DO PROCESSO - CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO - IMPOSSIBILIDADE. Extinto o processo devido ao cancelamento da distribuição em razão do não recolhimento das custas prévias, é incabível por incoerência a condenação da parte ao pagamento de custas processuais. (TJ-MG - AC: 10000200839108001 MG, Relator: Manoel dos Reis Moraes, Data de Julgamento: 27/07/0020, Data de Publicação: 30/07/2020)

Dessa forma, excelência, **o autor requer que seja afastada a condenação nas custas processuais.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Jeremoabo, 21 de Agosto de 2020

Antonio Jadson do Nascimento

OAB/SE 8.322



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

21/08/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Ante a manifestação retro, faço os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

21/08/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

R. Hoje. Este juízo exauriu sua atuação no presente feito com a prolação da sentença de fl. 64/65, a qual não foi objeto de recurso e transitou em julgado em 27/07/2020, conforme certidão de fl. 91. Em petição às fl. 102/105, o requerente pugnou pelo afastamento da condenação nas custas processuais. Considerando a preclusão no requerimento formulado pela parte requerente, visto que extemporâneo, pois ocorreu após o trânsito em julgado da sentença, deixo de apreciar tal pedido. Assim, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos. Poço Redondo/SE, 21 de agosto de 2020. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Redondo**

Nº Processo 202086000324 - Número Único: 0000318-32.2020.8.25.0059

Autor: EVERALDO DE JESUS SILVA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

R. Hoje.

Este juízo exauriu sua atuação no presente feito com a prolação da sentença de fl. 64/65, a qual não foi objeto de recurso e transitou em julgado em 27/07/2020, conforme certidão de fl. 91.

Em petitório às fl. 102/105, o requerente pugnou pelo afastamento da condenação nas custas processuais.

Considerando a preclusão no requerimento formulado pela parte requerente, visto que extemporâneo, pois ocorreu após o trânsito em julgado da sentença, deixo de apreciar tal pedido.

Assim, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos.

Poço Redondo/SE, 21 de agosto de 2020.

LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA

Juiz de Direito



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA**, Juiz(a) de Poço Redondo, em 21/08/2020, às 13:21:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001514638-50**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

23/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202086003784 do tipo Intimação Parte do Processo Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial [TM1406,MD1826] - Certidão do Oficial de Justiça

 {Destinatário(a): EVERALDO DE JESUS SILVA}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Cumprimento Prioritário



202086003784

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: EVERALDO DE JESUS SILVA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Poço Redondo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, INTIME a parte abaixo identificada, para cumprir o/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos, na forma da finalidade adiante.

Prazo: Prazo: 60 (sessenta) dias.

Finalidade: Intimar a parte requerente, pessoalmente, para promover o pagamento das custas finais no valor de R\$ 623,02, COM VENCIMENTO PARA 16/10/2020, devendo juntar o comprovante no processo, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. A guia de recolhimento nº 202013100879 (anexa), poderá ser retirada na secretaria deste juízo, bem como no Portal do TJSE na internet.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome : EVERALDO DE JESUS SILVA
Residência : Povoado Santa Rosa do Ermírio, , s/n
Bairro : Zona Rural
Cidade : Poço Redondo - SE - SE

[TM1406, MD1826]



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA**, Magistrado(a) de Poço Redondo, em 19/08/2020, às 17:11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001497809-46**.

Recebi o mandado 202086003784 em ____/____/____





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Cumprimento Prioritário



202086003784

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: EVERALDO DE JESUS SILVA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Poço Redondo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, INTIME a parte abaixo identificada, para cumprir o/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos, na forma da finalidade adiante.

Prazo: Prazo: 60 (sessenta) dias.

Finalidade: Intimar a parte requerente, pessoalmente, para promover o pagamento das custas finais no valor de R\$ 623,02, COM VENCIMENTO PARA 16/10/2020, devendo juntar o comprovante no processo, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. A guia de recolhimento nº 202013100879 (anexa), poderá ser retirada na secretaria deste juízo, bem como no Portal do TJSE na internet.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome : EVERALDO DE JESUS SILVA
Residência : Povoado Santa Rosa do Ermírio, , s/n
Bairro : Zona Rural
Cidade : Poço Redondo - SE - SE

[TM1406, MD1826]



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA**, Magistrado(a) de Poço Redondo, em 19/08/2020, às 17:11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001497809-46**.

Recebi o mandado 202086003784 em ____/____/____



EVERALDO DE JESUS SILVA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)
NATUREZA: Cível
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059
MANDADO: 202086003784
DATA DE CUMPRIMENTO: 21/08/2020 16:00

DESTINATÁRIO: EVERALDO DE JESUS SILVA
ENDEREÇO: Povoado Santa Rosa do Ermírio nº s/n. BAIRRO: Zona Rural. Poço Redondo/ SE. CEP: 49810-000
TIPO DE MANDADO: Intimação Parte do Processo Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial
DATA DE AUDIÊNCIA:

C E R T I D ã O

INTIMADA, NEGOU-SE A APOR O CIENTE , ACEITANDO A CONTRAFÉ.

Intimado. Endereço atual: Santa Rosa, Av. Carira, perto da casa de Quelinha, Poço Redondo-SE.
Apelido: Ferrugem.

[TC1406, MD47]



Documento assinado eletronicamente por **RAIMUNDO ERIVAN MORAIS XIMENES FILHO**, Oficial de Justiça, em 23/08/2020, às 19:12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001521177-72**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

03/09/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Este feito aguarda o decurso do prazo para pagamento das custas processuais.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

30/10/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Decorreu n albis o prazo retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

30/10/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

INTIME-SE o Requerente, pessoalmente, para informar se realizou o pagamento da guia de custas finais que lhe foi entregue e, caso tenha pago, juntar o comprovante o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

30/10/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi mandado de nº 202086005430EVERALDO DE JESUS SILVA

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

30/10/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202086005430 do tipo Intimação Parte do Processo Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial [TM1406,MD1826]

 {Destinatário(a): EVERALDO DE JESUS SILVA}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal



202086005430

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: EVERALDO DE JESUS SILVA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Poço Redondo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, INTIME a parte abaixo identificada, para cumprir o/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos, na forma da finalidade adiante.

Prazo: 05 (cinco) dias.

Finalidade: INTIME-SE o Requerente, pessoalmente, para informar se realizou o pagamento da guia de custas finais que lhe foi entregue e, caso tenha pago, juntar o comprovante no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome : EVERALDO DE JESUS SILVA
Residência : Povoado Santa Rosa do Ermírio, , s/n
Bairro : Zona Rural
Cidade : Poço Redondo - SE - SE

[TM1406, MD1826]



Documento assinado eletronicamente por **YURI RODRIGO DE SOUSA ARAGAO**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo, em 30/10/2020, às 10:12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020002083651-61**.

Recebi o mandado 202086005430 em ____/____/____



EVERALDO DE JESUS SILVA



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

15/11/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202086005430 do tipo Intimação Parte do Processo Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial [TM1406,MD1826] - Certidão do Oficial de Justiça

 {Destinatário(a): EVERALDO DE JESUS SILVA}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal



202086005430

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: EVERALDO DE JESUS SILVA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Poço Redondo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, INTIME a parte abaixo identificada, para cumprir o/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos, na forma da finalidade adiante.

Prazo: 05 (cinco) dias.

Finalidade: INTIME-SE o Requerente, pessoalmente, para informar se realizou o pagamento da guia de custas finais que lhe foi entregue e, caso tenha pago, juntar o comprovante no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome : EVERALDO DE JESUS SILVA
Residência : Povoado Santa Rosa do Ermírio, , s/n
Bairro : Zona Rural
Cidade : Poço Redondo - SE - SE

[TM1406, MD1826]



Documento assinado eletronicamente por **YURI RODRIGO DE SOUSA ARAGAO**,
Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo, em 30/10/2020,
às 10:12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico
www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento
do número de consulta pública **2020002083651-61**.

Recebi o mandado 202086005430 em ____/____/____



EVERALDO DE JESUS SILVA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)
NATUREZA: Cível
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059
MANDADO: 202086005430
DATA DE CUMPRIMENTO: 10/11/2020 12:00

DESTINATÁRIO: EVERALDO DE JESUS SILVA
ENDEREÇO: Povoado Santa Rosa do Ermírio nº s/n. BAIRRO: Zona Rural. Poço Redondo/ SE. CEP: 49810-000
TIPO DE MANDADO: Intimação Parte do Processo Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial
DATA DE AUDIÊNCIA:

C E R T I D ã O

CERTIFICO QUE CUMPRI O PRESENTE MANDADO, NÃO ATINGINDO SEU OBJETIVO. JUSTIFICATIVA:

Não foi intimado. Certifico que o mandado foi expedido no dia 30/10/2020 com uma guia de custas que vence no dia 16/10/2020, portanto devolvo o presente mandado. Endereço atual de Everaldo: Santa Rosa, Av. Carira, perto da casa de Quelinha, Poço Redondo-SE. Apelido: Ferrugem.

[TC1406, MD47]



Documento assinado eletronicamente por **RAIMUNDO ERIVAN MORAIS XIMENES FILHO**, Oficial de Justiça, em 15/11/2020, às 22:47:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020002204529-93**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

30/11/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Decorreu n albis o prazo do mandado retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

19/01/2021

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Tendo em vista a Certidão do Oficial de Justiça juntada em 23/08/2020, às 19:12:13h, onde informa que a parte foi INTIMADA, NEGOU-SE A APOR O CIENTE , ACEITANDO A CONTRAFÉ, na devolução do mandado de 202086003784, cuja Guia de recolhimento nº 202013100879 foi anexa, INTIME-SE o Requerente, pessoalmente, para informar se realizou o pagamento da guia de custas finais que lhe foi entregue e, caso tenha pago, juntar o comprovante o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

04/02/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi mandado de nC 202186000609 para EVERALDO DE JESUS SILVA

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

04/02/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202186000609 do tipo Intimação Parte do Processo Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial [TM1406,MD1826]

 {Destinatário(a): EVERALDO DE JESUS SILVA}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal



202186000609

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: EVERALDO DE JESUS SILVA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Poço Redondo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, INTIME a parte abaixo identificada, para cumprir o/a despacho/decisão/cota promotorial exarada nos autos, na forma da finalidade adiante.

Prazo: 05 (cinco) dias

Finalidade: Tendo em vista a Certidão do Oficial de Justiça juntada em 23/08/2020, às 19:12:13h, onde informa que a parte foi INTIMADA, NEGOU-SE A APOR O CIENTE , ACEITANDO A CONTRAFÉ, na devolução do mandado de 202086003784, cuja Guia de recolhimento nº 202013100879 foi anexa, INTIME-SE o Requerente, pessoalmente, para informar se realizou o pagamento da guia de custas finais que lhe foi entregue e, caso tenha pago, juntar o comprovante o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

Qualificação da parte a ser intimada:

Nome : EVERALDO DE JESUS SILVA
Residência : Povoado Santa Rosa do Ermírio, , s/n
Bairro : Zona Rural
Cidade : Poço Redondo - SE - SE

[TM1406, MD1826]



Documento assinado eletronicamente por **YURI RODRIGO DE SOUSA ARAGAO**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo, em 04/02/2021, às 12:09:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021000213986-11**.

Recebi o mandado 202186000609 em ____/____/____



EVERALDO DE JESUS SILVA



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

18/02/2021

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Cancelamento do Mandado/Carta de nr.202186000609 de Intimação Parte do Processo Cumprimento de Despacho/Ato Ordinatório Cota Promotorial [ss]

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

18/02/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi mandado de nº 202186000881 para EVERALDO DE JESUS SILVA

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086000324

DATA:

18/02/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202186000881 do tipo Intimação Parte do Processo Teor do Despacho [TM1704,MD1862]

 {Destinatário(a): EVERALDO DE JESUS SILVA}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

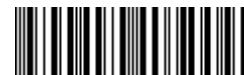
PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal



202186000881

PROCESSO: 202086000324 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000318-32.2020.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: EVERALDO DE JESUS SILVA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Poço Redondo, Estado de Sergipe,,

MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda à intimação da parte infra qualificado(a) para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho/sentença prolatado(a) no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos:

INTIME-SE o Requerente, PESSOALMENTE, para informar se realizou o pagamento da Guia de Custas Finais que lhe foi entregue pelo Oficial de Justiça, no dia 23/08/2020 e, caso tenha pago, APRESENTAR O COMPROVANTE, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado.

Qualificação da Parte ou Advogado:

Nome: EVERALDO DE JESUS SILVA

Residência: Povoado Santa Rosa do Ermírio, , s/n

Bairro: Zona Rural

Cidade: Poço Redondo - SE

[TM1704, MD1862]



Documento assinado eletronicamente por **YURI RODRIGO DE SOUSA ARAGAO**, **Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo**, em 18/02/2021, às 12:01:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021000305620-27**.

Recebi o mandado 202186000881 em ____/____/____



EVERALDO DE JESUS SILVA



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

04/03/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

04/03/2021

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

04/03/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO - 8322}

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR CEZARIO SIQUEIRA NETO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE DD. RELATOR DA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 202100605641.

EVERALDO DE JESUS SILVA, já devidamente qualificado nos autos a presente ação rescisória, por meio de seu advogado, vem à insigne presença de Vossa Excelência, **anexar documentos faltantes que constava no processo originário n º 202086000324 que tramitou na comarca de Poço Redondo/SE.**

Assim, faz a juntada dos seguintes documentos:

- i) Procuração e comprovante de residência, fls. 03, documentos constantes no processo de origem;
- ii) Documentos médicos como meios de provas no processo originário, fls. 04/07;
- iii) Documentos que foram anexados junto com a manifestação da requerida, fls. 08/11.

Registra-se que, **não houve contestação da requerida, isso porque, não houve a determinação de seu citação, tão somente a mesma se manifestou sobre a sentença, ou seja, não houve triangularização processual.**

Resalta que, **com a juntada desses documentos, consta nesta ação rescisória todo o processo originário.**

Nestes termos,

Pede deferimento,

Jeremoabo, 04 de Março de

Antonio Jadson do Nascimento

OAB/SE 8.322

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA ET EXTRA"

EVERALDO DE JESUS SILVA brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG n.1229085, e CPF n 66187826515, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves, Aracaju/SE; pelo presente instrumento nomeia como seu advogado e bastante procurador, **ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SE sob o n.º 8322, com escritório profissional logrado na Rua Germiniano Santana n 33, Centro, Jeremoabo-BA, CEP:48.540000 e **JULIA MALENA ANDRADE LIMA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/BA sob o n.º 63359. Ao qual confere amplos poderes o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e deferem nas contrárias, seguindo umas e outras até o final da decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes os poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, bem assim representar a outorgante junto a quaisquer repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais e entidades autárquicas, ter vistas dos processos, juntar e retirar documentos, promover ação judicial na esfera administrativa e nos Juízos Cíveis, Criminais e Trabalhista, produzindo provas, arrazoando, recorrendo, embargando, agravando, promovendo execuções de sentenças, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes; dando tudo por bom, firme e valioso, ratificados os poderes acima impressos.

EVERALDO DE JESUS SILVA brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG n.1229085, e CPF n 66187826515, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves, Aracaju/SE; que não tenho condições financeiras de arcar com qualquer valor referente às custas processuais, sem com tudo, dispor da manutenção do lar e da vida social. Era o que tinha a declarar. Requer assim, a gratuidade da justiça.

Jeremoabo, 02 de Março de 2020



Antônio Jadson do Nascimento
EVERALDO DE JESUS SILVA

Av. Deputado Luiz Eduardo Magalhães 22A,
Centro, de Jeremoabo-Ba, CEP 48540-000,
Fone: (75) 3203-1194
Email:

FATURA MENSAL DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Localidade Matrícula Nome do Cliente
001 111921.4 MARIA DO CARMO VITOR
Endereço (Rua, Nº)

RUA ALEXANDRE BISPO DE ANDRADE, 255
CEP Roteiro de Leitura Ident. do Hidrômetro Res. Com. Ind. Pub.
49092-070 016021/00246 A09N004637 1 0 0 0
Leitura Atual Leitura Anterior Consumo m³ Data da Leitura Dias de Consumo
607 602 10 06/04/2016 29

Descrição dos Serviços Valores
ÁGUA 30,85
ESGOTO 0,00

Responsável Histórico de Consumos/m³ Média
00000 10/2015 11/2015 12/2015 01/2016 02/2016 03/2016 8
007 013 010 007 008
Motivo da Ausência de Leitura Código Auxiliar
1R000
Débito do Exercício Débito do Exercício Anterior
J F M A M J J A S O N D
Caso tenha pago desconsiderar o aviso
A E S R Mês / Ano
3 1 51 36 04/2016
VALORES EM R\$
ÁGUA 30,85
ESGOTO 0,00
SERVIÇOS 0,00
TOTAL 30,85
VENCIMENTO 18/04/2016

Decreto Federal nº 5.440/2005 - Art. 5º inciso I		Turbidez	Cor	Cloro	Fluor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Qualidade da Água Distribuída							
Nº Mínimo de Amostras Exigidas		239	67	239		239	Observação no Verso
Nº de Amostras Analisadas		357	357	357		357	357
Nº de Amostras em Conformidade com a Portaria 2.914/2011		210	251	338		353	354

(Significado dos Parâmetros de Controle: Vide verso)

As Amostras que não atenderam ao padrão foram solucionadas

Vigilância Sanitária do Município - Telefone: (79)2106.9766
Mensagem:

DENGUE E CHIKUNGUNYA - O PERIGO AUMENTOU, E A RESPONSABILIDADE DE TODOS TAMBEM.
VAMOS COMBATER ESSE MOSQUITO!

Notificações

A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços.

SC 09 Favor Autenticar no Verso

Rio de Janeiro, 20/12/2016
DPVAT/SIN - 16225/2016

Para: Everaldo de Jesus Silva
Av. Deputado Luiz Eduardo
Magalhães, 22.
Centro
Jeremoabo - BA
48540-000

REF: Exigências de Regulação - Vítima: Everaldo de Jesus Silva.
Natureza: IP.

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 12/12/2016 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 08/03/2015. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Boletim de Ocorrência em cópia autenticada;
- Laudo do Instituto Médico Legal - IML autenticado, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima;
- Declaração de residência por Instrumento Público, uma vez que a vítima não é alfabetizado;
- Procuração específica para fins do Seguro DPVAT, com firma reconhecida por autenticidade;
- Cópia do RG, CPF e Comprovante de Residência do procurador da vítima;
- Declaração Circular SUSEP nº 445/12 - Prevenção à Lavagem de Dinheiro (modelo anexo);

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, **juntamente com cópia da presente correspondência, facilitando assim, a localização do processo.**

Todavia, se após o período de 180(cento e oitenta dias) a documentação indicada não for apresentada realizaremos o encerramento administrativo do presente aviso de sinistro, podendo o mesmo ser reaberto tão logo apresentada a referida documentação. Lembramos apenas quanto ao caráter prescricional da pretensão ao recebimento da indenização do Seguro DPVAT, podendo ser aplicado caso não haja nova manifestação no prazo legal.

Finalizamos, informando que a Seguradora Líder encontra-se à disposição pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua da Assembléia, 100 - 16º Andar - Edifício City Tower
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-000



Rio de Janeiro, 20/12/2016
DPVAT/SIN - 16225/2016

Para: Everaldo de Jesus Silva
Av. Deputado Luiz Eduardo
Magalhães, 22.
Centro
Jeremoabo - BA
48540-000

REF: Exigências de Regulação - Vítima: Everaldo de Jesus Silva.
Natureza: IP.

Atenciosamente.

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

P- 200/010829/2016-001
JAE
Anexo: conf. texto

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder-DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



USF ANALIA PINNA DE ASSIS

Nome do(a)
Paciente:

Ataides, Helcio

Ataides, para para de continuar
de para de usar o medicamento
Everado de Jesus Silva, 42 anos,
Rg 1228.085 SSP-DE, acompanhado
+ tratamento de transtorno mental
- quadro clínico em tratamento:
CID 10 F20 + F10.2 + F20.8

08
04
2016

Dr. Marcel Alves Paixão Filho

MÉDICO

Prescritor

Prescrever pelo nome genérico e legal - Lei nº 9.787/99

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CRM-SE 2985

Rua Sergipe, nº 1310 - Bairro Siqueira Campos - Aracaju - Sergipe - CEP: 49075-540

Fone: (79) 3179-1014 - Fax: (79) 2106-9711



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

RECEITUÁRIO

PACIENTE:

Ataides, Helcio

Paciente Everado de Jesus Silva
vítima de abuso sexual, sofrer
grave trauma na primeira sessão
operada, porém evoluiu
psicologicamente bem.

DATA

17/01/2016

646811000000 - 62.30 9102/21/21 e 9 JARDIM REITA 1400849095

MÉDICO (Assinatura e Carimbo)

Dr. Roberto Melo
CRM-SE 2242

50 ANOS
Evoluindo com saúde!

HOSPITAL SÃO JOSÉ
RECEITUÁRIO

Paciente: Everaldo de Jesus Silva

Av. Porto de Saúde

Curativo em perme espinha
da 3 vez ao dia com
Soro fisiológico, sulfadiazina,
gazes e atadura

SEGUIF000R1 LIDER (PAT) 82.4.12/122016 09:28 - 000000118460

Dr. Paulo Roberto de O. Costa
CRM 2028

Data: 21/3/15

Paulo
Médico - CRM

Av. João Ribeiro, 846 - Santo Antônio - Telefax: (79) 2105-1000
Aracaju - Sergipe

AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

RECEITUÁRIO

PACIENTE: Etterick de Jan Jho

Adrian

Peck's subject a paper to
 give a list of the T. S. C. (C)
 See color list on
 page 90 (under 10) in.

DATA 1551

MÉDICO (Assinatura e Carimbo)

AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

RECEITUARIO

PACIENTE: Eleonora de la Cruz

Polystichum aculeatum

502

ORIGINAL e 2.ª via
CDU: 300 de João
CRASE 3200 TEO: 271

DATA 12/22/16

MÉDICO (Asinatura e carimbo)

AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

RECEITUÁRIO

PACIENTE: Etterick de Jan Jho

Adrian

Peck's subject a paper to
 give a list of the T. S. C. (C)
 See color list on
 page 90 (under 10) in.

DATA 15 5 1

MÉDICO (Assinatura e Carimbo)

AMBULATÓRIO DE RETORNO DO HUSE

RECEITUÁRIO

PACIENTE: Eleonora de la Cruz

Polystichum aculeatum

502

ORIGINAL e 2.ª via
CDU: 300 de João
CRASE 3200 TEO: 271

DATA 12/22/16

MÉDICO (Asinatura e carimbo)



SECRETARIA
DA SAÚDE



Nome do(a) Paciente: EVERA DO DE JESUS SILVA

Solteiro

USG do abdome superior

CID 10 K76

01/06/2016

Dr. Marcel Alves Paixão Filho
MÉDICO
CRM-SE 2985

Prescrever pelo nome genérico e legal - Lei nº 9.787/99

Prescritor 794911000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Sergipe, nº 1310 - Bairro Siqueira Campos - Aracaju - CEP: 49075-540
Fone: (79) 3179-1014 - Fax: (79) 2106-9711



SECRETARIA
DA SAÚDE



Nome do(a) Paciente: EVERA DO DE JESUS OLIVA

Uso social

③ TÁXICA 300g

Taxa 049 2 vgs co de

③ ANMITH 300g

Taxa 049 de 12 - 12L

3.6L

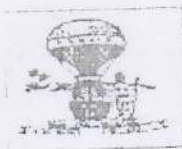
01/06/2016

Dr. Marcel Alves Paixão Filho
MÉDICO
CRM-SE 2985

Prescrever pelo nome genérico e legal - Lei nº 9.787/99

Prescritor

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Sergipe, nº 1310 - Bairro Siqueira Campos - Aracaju - CEP: 49075-540
Fone: (79) 3179-1014 - Fax: (79) 2106-9711



**Laudo Pericial
Digitalizado**

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"

LAUDO DO EXAME DE LESÕES CORPORAIS

segunda-feira, 22 de fevereiro de 2016

Nº Laudo
1625/2016

Dados Da Vítima

Nome da Vítima	EVERALDO DE JESUS SILVA	Nascimento	15/04/1973	Idade	43	Naturalidade	POÇO REDONDO
Estado Civil	SOLTEIRO	Cor	PARDA	Profissão	LAVRADOR	UF	SE
Instrução	NÃO ALFABETIADO	Nome da Mãe	IZABEL MARIA DE JESUS	Nome do Pai	JOÃO VITO DA SILVA		
Endereço	R ALEXANDRE B DE ANDRADE, 255	Bairro	SÃO CARLOS	Município	ARACAJU/SE.		
Nome da Autoridade	BELª LARA SCHUSTER BATISTA	Função	BELª LARA SCHUSTER BATISTA	Unidade	DEDT		

1º Perito Relator
DRª MONICA FIGUEIROA SANTANA
Local da Perícia
Sala do IML

Cremese/Crose 4912 2º Perito Relator
Tipo

Cremese/Crose
JCG - 1625/2016

Causa

Historico/Descrição

Historico

Consta ter sido vítima de atropelamento por um carro. Fato ocorrido às 21h00 do dia 08 de março de 2015, na avenida Tancredo Neves, próximo a pousada Nacional, bairro América, na cidade de Aracaju-Se.

Descrição

Ao exame o periciando deambula com dificuldade. Apresenta membro inferior esquerdo edemaciado e cicatriz cirúrgica localizada na face ântero medial da perna esquerda.

Laudo acompanhado de três relatórios médico.

Comentário Médico/Conclusão/Questitos Respostas
Comentário Médico - Forense

Através do encontrado podemos informar que houve ação de instrumento contundente. Esta ação não trouxe perigo de morte; porém, afasta o periciando de suas ocupações habituais por período superior a 30 dias.

Conclusão

- 1 - Houve ofensa a integridade física.
- 2 - O meio foi contundente.
- 3 - Solicitado exame complementar 60 dias após esta data.
- 4 - Exame realizado às 11h01 do dia 22 de fevereiro de 2016.

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Assinatura
Rodrigues Bernardino
Agente de Polícia
Matrícula: 549.411 SSP/SE



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"



Quesitos/respostas:

1º) Houve ofensa a integridade ou a saúde do paciente?

Sim.

2º) Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?

Contundente.

3º) A ofensa foi produzida com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel, ou que podia resultar perigo comum?

Prejudicado.

4º) Da ofensa resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta (30) dias?

Sim.

5º) Da ofensa resultou perigo de vida?

Não.

6º) Da ofensa resultou incapacidade incurável perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente?

Depende de exame complementar 60 dias após esta data.

Este documento foi expedido via eletrônica (expresso), nos termos da legislação vigente. Confere com o original em arquivo digital, disponível no banco de dados do Instituto Médico Legal. Deverá conter o carimbo da unidade policial responsável pela impressão.

Dra. Mônica Figueirôa Santana
Perita Médica Legal
CRM/SE 4912

DRª MONICA FIGUEIROA SANTANA

4912

JCG - 1625/2016

SEGURANÇA LIDER IMPLANT 8. 8. 12/12/2016 09:38 - 100000119435

**Lauda Perícia
Digitalizado**

ESTE CONFERE COM O ORIGINAL

Em

Roberval Rodrigues Bernardino
Agente de Polícia
Matrícula: 549.411 SSP/SE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

RUA RUA LARANJEIRAS - ATÉ 1022/1023, CENTRO FONE:() (79)3198-1120

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2015/06515.0-001897

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

Endereço: RUA RUA LARANJEIRAS - ATÉ 1022/1023, CENTRO FONE:() (79)3198-1120

FATO

Data e Hora do Fato: 08/03/2015 - 21:00 até 08/03/2015 - 22:00

Endereço: AVENIDA TANCREDO NEVES Número: Complemento: PRÓXIMO A POUSADA NACIONAL CEP: 49000-000

Bairro: América Cidade: ARACAJU - SE Circunscrição: DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: OUTRO

NOTICIANTE

Nome: MARIA DO CARMO VITOR

Nome do pai: JOÃO VITOR DA SILVA Nome da mãe: MARIA IZABEL DA SILVA

Pessoa: Física CPF/CGC: 266.410.115-34 RG: 7132590 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: POCO REDONDO Data de nascimento: 07/04/1959 Sexo: Feminino Cor da cutis: Parda

Profissão: APOSENTADA Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: Rua Alexandre Bispo de Andrade Número: 255 Complemento: BAIRRO SÃO CARLOS

CEP: 49.092-070 Bairro: Olaria Cidade: ARACAJU UF: SE

Proximidades: Telefone: 9999-8925

VÍTIMA

Nome: EVERALDO DE JESUS SILVA

Nome do pai: JOAO VITO DA SILVA Nome da mãe: IZABEL MARIA DE JESUS

Pessoa: CPF/CGC: RG: 12290858 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: POCO REDONDO Data de nascimento: 15/04/1973 Sexo: Masculino Cor da cutis: Não informado

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Solteiro Grau de instrução: Não informado

Endereço: RUA ALEXANDRE BISPO DE ANDRADE Número: 255 Complemento:

CEP: 49.092-070 Bairro: SÃO CARLOS Cidade: ARACAJU UF: SE

Proximidades: Telefone:

PERÍCIAS E ATENDIMENTO HOSPITALAR

Perícia: IML [Guia de Exame](#)

Descrição: EXAME DE LESÃO CORPORAL - EVERALDO DE JESUS SILVA

HISTÓRICO

DECLARA A NOTICIANTE, QUE NO DIA E HORA ACIMA NOTIFICADOS, O SEU IRMÃO, EVERALDO DE JESUS SILVA, FOI

ATROPELADO POR UM VEÍCULO, N--AO SABENDO INFORMAR DETALHES, AO TENTAR ATRAVESSAR A VENIDA TANCREDO NEVES, PRÓXIMO A POUSADA NACIONAL; QUE NESSE ATROPELAMENTO, A VÍTIMA SOFREU GRAVE FRATURA DE TÍBIA E FÍBULA ESQUERDA, E VÁRIAS ESCORIAÇÕES NO ROSTO, SENDO CONDUZIDA POR UMA UNIDADE DO SAMU, PARA O HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE, E POSTERIORMENTE FOI SUBMETIDA A INTERVENÇÃO CIRÚRGICA, NO HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO, NA CIDADE DE NOSSA SRA DO SOCORRO/SE.

Ultima Alteração: 31/08/2015 às
09:32.

Data e hora da comunicação: 31/08/2015 às 09:26

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Maria do Carmo Vitor
MARIA DO CARMO VITOR
Responsável pela comunicação

Anuzia Lima de Jesus Santos
Anuzia Lima de Jesus Santos
Responsável pelo preenchimento



NÚMERO: 1503080502 / SR - SAMU



USF ANALIA PINNA DE ASSIS

Nome do(a)
Paciente:

Atestado Médico

Atesto, para fins de atestação
de parte livre por paciente
EVERALDO DE JESUS SILVA, 42 anos,
RG 1.229.085 SSP-SE, em tratamento
em tratamento de transtorno mental
em quadro clínico com prescrição com:
CID 10 F20 + F10.2 + F70.8

08

04

2016

Dr. Marcel Alves Paiva Filho
MÉDICO
CRM-SE 2985

Prescritor

Prescrever pelo nome genérico é legal - Lei nº 9.787/99

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Sergipe, nº 1310 - Bairro Siqueira Campos - Aracaju - Sergipe - CEP: 49075-540
Fone: (79) 3179-1014 - Fax: (79) 2106-9711

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERGIPE
12/12/2016 09:39 - 00000118453

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAMENTO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES 5129753
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO	CNES 5129753 CGC/CNPJ 104369790001

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME DO PACIENTE EVERALDO DE JESUS SILVA			Nº. PRONTUÁRIO 302747	
CARTÃO NACIONAL/SUS 160579397600007	NATURALIDADE (CIDADE/UF) POCO REDONDO-SE	DATA DE NASCIMENTO 15/04/1973	MASCULINO	FEMININO
NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL IZABEL MARIA DE JESUS			TELEFONE DE CONTATO 79-9662-2117	
ENDEREÇO (RUA; BAIRRO; CONJUNTO; APART) POV. SANTA ROSA DO EMILIO S/N POCO REDONDO			DOC. IDENTIDADE/ÓRGÃO EMISSOR 1.229085	
MUNICÍPIO POCO REDONDO-SE	IBGE	UF SE	CEP 494981-000	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

*Doença de atropelamento w
3 dias a partir de um
de ferimento AO 4243*

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Necessidade de tratamento

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

Exame fr + Redox

DIAGNÓSTICO INICIAL

Fratura om de perna

CID 10 PRINCIPAL

582.2

CID 10 SECUNDÁRIO

CID 10 CAUSAS ASSOZIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Curativo da ferida om de m</i>	CARÁTER DA INTERNAÇÃO () URG. () ELETIVA	NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <i>Dr. Rafael Soares</i>	CRM <i>93</i>
LEITO/CLÍNICA <i>Quarto 05</i>	SIS/PRÉ-NATAL	DATA/HORA <i>30.08</i>	
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <i>0408050500</i>	CNS/CPF <i>627-679.165-38</i>	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. DO CONSELHO) <i>Dr. Rafael Soares</i>	

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS)

() ACIDENTE DE TRÂNSITO	CNPJ DA SEGURADORA	Nº. DO BILHETE	SÉRIE
() ACID TRABALHO TÍPICO	CNPJ EMPRESA	CNAE EMPRESA	CSOR
() ACID TRABALHO TRAJETO			

CID 10 PRINCIPAL

CID SECUNDÁRIO

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA LESÃO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO MÉDICA LEGAL

AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR <i>Marco Sarmiento</i>	NOME DO PROFISSIONAL/PARECER CONTROLE, AVALIAÇÃO/AUDITÓRIA	Nº. DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR
CNS/CPF <i>414.877.455-91</i>	CNS/CPF	MUDANÇA DE PROCEDIMENTO
ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	JUSTIFICATIVA P/ NÃO AUTORIZAÇÃO

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAMENTO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES 5129753	
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO	CNES 5129753	CGC/CNPJ 104369790001

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME DO PACIENTE EVERALDO DE JESUS SILVA			Nº. PRONTUÁRIO 302747	
CARTÃO NACIONAL/SUS 160579397600007	NATURALIDADE (CIDADE/UF) POCO REDONDO-SE	DATA DE NASCIMENTO 15/04/1973	MASCULINO	FEMININO
NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL IZABEL MARIA DE JESUS			TELEFONE DE CONTATO 79-9662-2117	
ENDEREÇO (RUA; BAIRRO; CONJUNTO; APART) POV. SANTA ROSA DO EMILIO S/N POCO REDONDO			DOC. IDENTIDADE/ÓRGÃO EMISSOR 1.229085	
MUNICÍPIO POCO REDONDO-SE	IBGE	UF SE	CEP 494981-000	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

*Doença de atropelamento w
3 dias a partir de 01/04/2013
de ferimento*

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Neemede Taiso Amly

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

Exame fr + Redox

DIAGNÓSTICO INICIAL

Fração om de ferimento

CID 10 PRINCIPAL 582.2	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
----------------------------------	-------------------	--------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Curativo de ferimento</i>	CARÁTER DA INTERNAÇÃO () URG. () ELETIVA	NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <i>Dr. Rafael Soares</i>	CRM 93
LEITO/CLÍNICA <i>Quarto 05</i>	SIS/PRÉ-NATAL	DATA/HORA <i>30.08</i>	
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 0408050500	CNS/CPF 627-679.165-38	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. DO CONSELHO) <i>Dr. Rafael Soares</i>	

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS)

() ACIDENTE DE TRÂNSITO	CNPJ DA SEGURADORA	Nº. DO BILHETE	SÉRIE
() ACID TRABALHO TÍPICO	CNPJ EMPRESA	CNAE EMPRESA	CSOR
() ACID TRABALHO TRAJETO			

CID 10 PRINCIPAL	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA LESÃO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO MÉDICA LEGAL
CID SECUNDÁRIO	

AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR Marco Sarmiento	NOME DO PROFISSIONAL/PARECER CONTROLE, AVALIAÇÃO/AUDITÓRIA	Nº. DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR
CNS/CPF 414.877.455-91	CNS/CPF	MUDANÇA DE PROCEDIMENTO
ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	JUSTIFICATIVA P/ NÃO AUTORIZAÇÃO

Eduardo de Jesus Silva

CONVÊNIO: SUS DATA 10/04/15 SEXO MASC COR IDADE 42a PESO

NATURAL EST. CIVIL SANGUE

SETOR MÉDICO AMBULATÓRIO APTº E FÍSICO(ASA) I

DIAG PRE-OP Fratura de tíbia (E)

CIRURGIA PROPOSTA

DIAG POS-OP

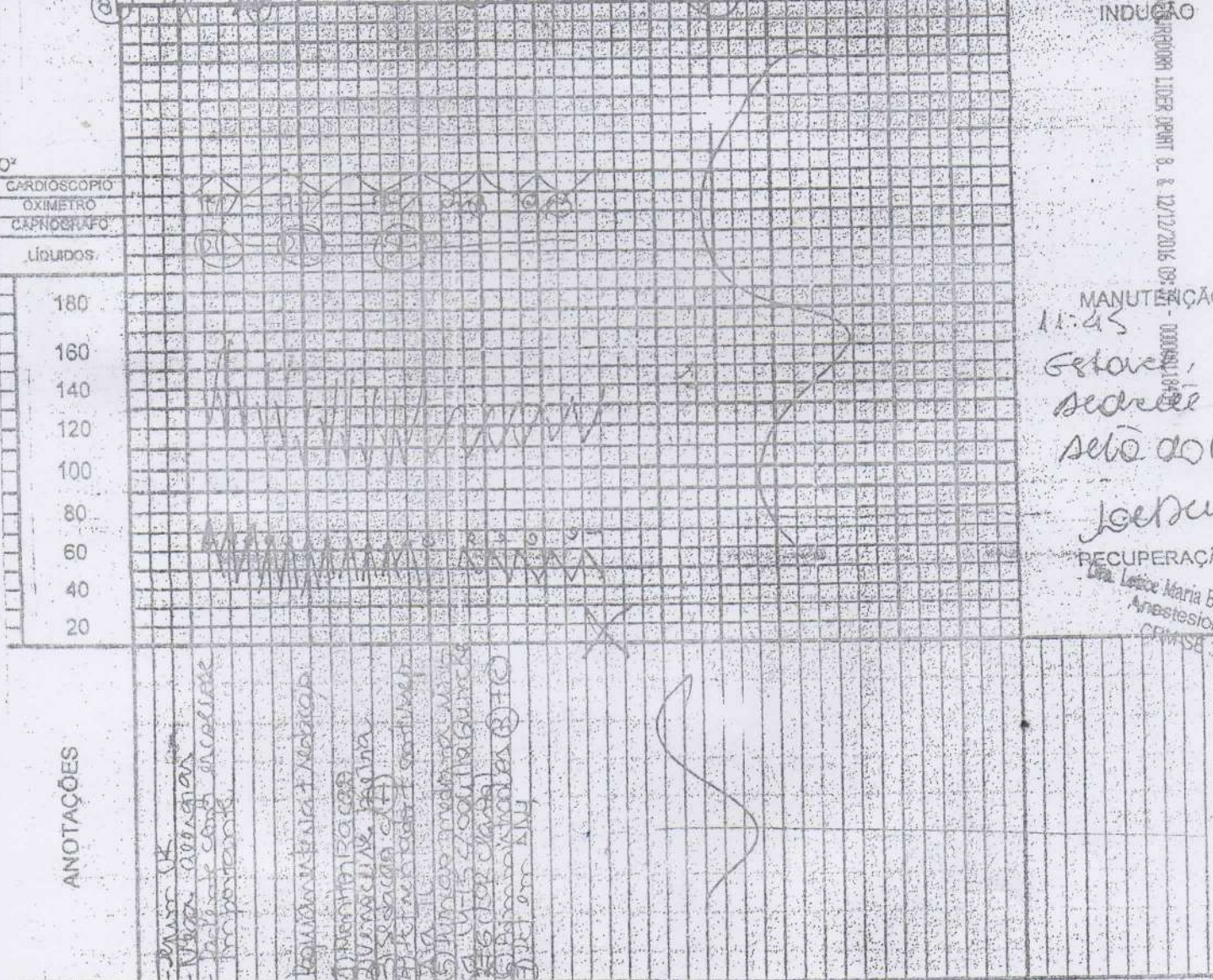
CIRURDIA REALIZADA Amonesta

PRÉ-ANESTÉSICO HORA EFEITO

CIRURGIÃO: Dr. Diego Protopop 1º AUXILIAR

2º AUXILIAR INSTRUMENTADOR

AGENTE HORA 20 (9h) 15 10 45 (10h) 15 30 45 (11h)



ANOTAÇÕES	DRUGAS/MATERIAL	CONC	QUANT	ANESTESIA
1- Fenilhidrazina 100mg IV				Sem-R. Inalação
2- Dimex 50mg IV				Aberto
3- Bupivacaína 0.5% 10mg IV				Semifechado
4- Cetazina 10mg IV				Circulo
5- Ketamida 10mg IV				Vai e Vem
6- Propofol 10mg IV				S/C Absorção
7- Midazolam 5mg IV				Ortraq. Inal - Nasotraq. - Sonda
8- Ondansetrona 4mg IV				Respiração
9- Lidocaina 5mg IV				Esport
10- Clonazepam 10mg IV				Audili
11- Ondansetrona 4mg IV				Contro - Mec. - f
12- Midazolam 5mg IV				Aparelho
				S/C Lesão
				Posição: Aberto -> 404 Local: Punção
				LU-L5
				Simplex
				C/Cateter
				Liquor



GOVERNO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HRJFS



HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: *Everaldo de Jesus Silva*
 DIAGNÓSTICO PRÉ - OPERATORIO: *Ex Tumor Dintel (E)*
 CIRURGIA REALIZADA: *Osteomielite de Tumor Dintel (E)*
 CIRURGIÃO: *Dr. Diego*
 AUXILIARES: *Dr. Wellington*
 ANESTESIA: ANESTESISTA:

DIAGNÓSTICO PÓS - OPERATORIO: *0 MINIMO*

☒ CIRURGIA LIMPA
☐ CIRURGIA CONTAMINADA
☐ CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA
☐ CIR. INFECTADA

INFACÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ☐ SIM ☒ NÃO

☐ VIAS AÉREAS SUP. ☐ PULMONAR ☐ URINÁRIA ☐ SNC ☐ TGI
☐ CUTANEO ☐ AP. CARDIO - VASCULAR ☐ OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

- (1) Paciente em decúbito dorsal sob requisição
- (2) Anestesia + oxigenação + colocação da compressa
- (3) Exatidão + sondagem
- (4) Corte circular medido
- (5) Dissecção por planos
- (6) Redução e colocação de placa DCP 11 furos + 2 parafusos tensionados
- (7) 4 parafusos corticais
- (8) Sutura por planos
- (9) Curativo compressivo
- (10) Retirada do gotejador
- (11) Colocação do Telo antiseptico

DATA: *10.04.15*

Washington Batista
 MEDICO CRM 4230
 Nossa Sra. da Conceição

Assinatura do Cirurgião



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO

Fundação
Hospitalar
de Saúde

Everaldo de Jesus Silva

LEITO

NOME

DATA

HORA

EVOLUÇÃO MÉDICA

10/04/15

Paciente evolui estável clinicamente, respirando espontaneamente, evoluindo com intercorrências.

Washington Batista
MÉDICO CRM-4290
Nossa Sra. da Conceição

11/04/15

artigos

12 OPD, evolui bem

- Ao exame:

- Ferida operatória pouco profunda

- Cd

(1) Ao Rx foi ep: Reflexos de tórax ox

(2) Alta hospitalar às 15:00h

(3) Contato

(4) orientações pl para (incluindo dextera)

SECRETARIA DE SAÚDE DE SERGIPE
LÍDER DEPART. 8. 12/12/2016 09:59 - 0000011856

Dr. Michael S. Silva
Ouro Preto, 17 de Abril de 2015
CRM-4290
Cirurgião Geral / Traumatologia
Cirurgia de 2001 / IECOT 1157

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Everaldo de Jesus Silva
DATA DA ENTRADA: 08/03/2015
DATA DA SAÍDA: 12/03/2015

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de atropelamento, trazido pelo SAMU em ambulância. Nega perda de consciência ou outros ferimentos em face que foi pulso. RX - pte. tang de tórax e fêmur esquerdo. Alta hospitalar para tratamento em hospital de origem.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

U.S. de abdome
Radiografia

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Peterson E. de A. Barbosa; Dr. Manoel Serravallo; Dr. Paulo Barros; Dr. Kaine Carterio; Dr. Odonato Ferreira Alves; Dr. Rogério Souza; Dr. José Araújo.

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO () TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 15 de Agosto de 2015

Salete Spontam de Carvalho
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Salete Spontam de Carvalho
Análise de Prontuários/SAME/HUSE
CRM 1500

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário.

Pedro Augusto Madureira
Gerente SAME - HUSE



ENCAMINHAMENTO

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE



AGENDAMENTO CIRÚRGICO - ORTOPÉDICO

ENCAMINHO O PACIENTE: EVERSON DE JESUS
SILVA - 4 anos
PARA REALIZAR CIRURGIA ORTOPÉDICA DE: PTT
PTT
NO HOSPITAL Regional Serrano
DATA DA CIRURGIA: 11/09/15

ORIENTAÇÕES:

1º - Chegar 1 dia antes da data (10/09) cirúrgica às 17 hs no Hospital mencionado;

2º - Chegar no Hospital na data mencionada às 06:30 da manhã em JEJUM (o jejum deverá ser iniciado em casa, um dia anterior da data cirúrgica a partir das 23:00hs);

3º - Levar os exames pré-operatórios necessários: RX da Fratura, ECG, Eco (quando acima de 60 anos), Hemograma, Coagulograma, Ureia e Creatinina.

28.05.15.

[Assinatura]
SECRETÁRIO DE AGENDAMENTO CIRÚRGICO

SEGURADORA LIDER PART. 8. 12/12/2016 09:38 - 0000011847

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS

DATA: 10 / 04 / 2015.

____° DIH

NOME: Evandro de Jesus Silva

DIAGNÓSTICO(S): Fratura de Tibia Distal (E)

Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º. Dieta Livre	
2º. Gelco Salinizado	
3º. Kefazol 1 g EV 8/8hs ou Keflin 1g EV 8/8hs	
4º. Gentamicina 240mg + SF 0,9% 200 ml EV 1x dia	SUSP.
5º. Dipirona 2ml + 8 ml AD EV 6/6hs	
6º. Bromopida 2ml + 09ml SF 0,9% EV 8/8hs SOS	
7º. Omeprazol 40mg EV às 6hs	
8º. Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% EV 8/8hs	
9º. Profenid 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12hs	
10º. Captopril 25mg Vo 8/8hs se PAS > 180 mmHg e PAD > 110 mmHg SOS	
11º. Clexane 40mg SC 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia	SUSPENSO ATÉ 22h.
12º. SSVV + Cuidados	rotina
13º. Curativos Diários 1 x dia	
(x) SF 0,9% + Gazes Seca	() SF 0,9% + Gazes Algodoadas
14º	
Vide EVOLUÇÃO MÉDICA	

PA = 140 x 80 mmHg
FC = 80 bpm

Washington Batista
MÉDICO CRM-1290
Rua Sra. da Conceição
Médica

PRESCRIÇÃO MÉDICA

[illegible]

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Everaldos de Jesus Silva
DATA DA ENTRADA: 08/03/2015
DATA DA SAÍDA: 12/03/2015

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de atropelamento, trazido pelo SAMU em protocolo. Não houve desconhecimento ou morte. Ferimentos em pé que foi punhado. RX - D de tórax de tórax e pulmão esquerdo. Alto hemiparalis parciais, tórax em hemiparalis de tórax.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

U.S. de abdome
Radiografias

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Petrus E. de A. Barbosa; Dr. Manoel Amaral; Dr. Paulo Band; Dr. Kaitiane Castro; Dr. Orlando Fereira Alves; Dr. Rafael Souza; Dr. José Araújo.

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO () TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 15 de Agosto de 2015

Salette Spontam de Carvalho
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário.

Salette Spontam de Carvalho
Análise de Prontuários/SAME/HUSE
CRM 1500

Pedro Paulo Madureira
Gerente SAME - HUSE

MACA RX + BUCOL

S/DATASUS HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1143321 DATA: 08/03/2015 HORA: 22:06 USUARIO: PESSANTOS
CNS: SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE
NOME : EVERALDO JESUS DA SILVA
IDADE : 42 ANOS NASC: 00/00/0000
ENDERECO : PEGO PELO SAMU NA RODOVIARIA
COMPLEMENTO : BAIRO:
MUNICIPIO : ARACAJU
NOME FARMACEUTICA :
RESPONSABILIDADE :
PROCELO : ARACAJU - CAPITAL
ATENDIMENTO : ATROPELAMENTO
PLANO DE SAUDE : NAO
VEIO DE AMBULANCIA : SIM

DOC.:
SEXO: MASCULINO
NUMERO:
CEP.:
TEL.:

FAE LANÇADA UF: SE

PA: [] X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO:

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TO
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

Paciente vítima de atropelamento há 1 hora, chega semito e/ou dormindo.
do pelo samu em proteção. (A) Vess laceras perfurantes (B) HUG em ombros direito e
(C) BUE 2T (D) EGTS, pupilas dilatadas (E) Abdomem doloroso a palpação com al
4 OTACOS DA ENFERMAGEM: (F) HE e abdome em FD, NTE com lesões de contusão. Ferimento em face, com
menor.

DIAGNOSTICO: Poltrauma CID:

PRESCRICAO HORARIO DA MEDICACAO

1. SRL 1000 ml IV 500 500
2. Rifaxim 2g IV (FF)
3. Analgesia Dipirone + ampicilina + AD IV 22/30
4. SAT 5000 U IM 22/30

DATA DA SAIDA: / / HORA DA SAIDA: :
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):
LEITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIAR [] IML [] ANAT. PA

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

3

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 110977
Numero do CNS.....: 0000000000000000
Nome.....: EVERALDO JESUS DA SILVA
Documento.....: Tipo :
Data de Nascimento: 1/01/1973 Idade: 42 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....:
Nome da Mae.....:
Endereco.....: PEGO PELO SAMU NA RODOVIARIA
Bairro.....: Cep.: 00000-000
Telefone.....:
Município.....: 2800308 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1143321
Clinica.....: 945 - PS VERDE TRAUMA MASC.
Leito.....: 999.0156
Data da Internacao: 10/03/2015
Hora da Internacao: 08:06
Medico Solicitante: 047.764.124-54 - PETRONIO EDUARDO DE ANDRADE BARBOSA
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: RSLEITE

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

S / dados
R / SUS

Exatido

SEMPRE LIBERAR O PAZ 8. 12/12/2016 09:38 - 0000011840

PRONTO SOCORRO ADULTO	PRESCRIÇÃO MÉDICA
HUSE	

Nome: EVANILDO VESCIAS S. ALVES Idade: 42 A Data: 09/03/2011

DATA	HORA	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO
		1- DICTAN 2000	520
		2- S. P. A 0.9 500 mg 2x/dia	11/11/11
		3- PROPRAN 100mg 1x/dia	20
		4- 2- DICTAN 2000 2x/dia	20 08 08 18
		5- CORN 300mg 1x/dia	24 08 16
		6- DICTAN 2000 1x/dia	06
		7- DICTAN 2000 1x/dia	
		8- DICTAN 2000 1x/dia	
		9- DICTAN 2000 1x/dia	
		10- DICTAN 2000 1x/dia	
		11- DICTAN 2000 1x/dia	
		12- DICTAN 2000 1x/dia	
		13- DICTAN 2000 1x/dia	
		14- DICTAN 2000 1x/dia	
		15- DICTAN 2000 1x/dia	
		16- DICTAN 2000 1x/dia	
		17- DICTAN 2000 1x/dia	
		18- DICTAN 2000 1x/dia	
		19- DICTAN 2000 1x/dia	
		20- DICTAN 2000 1x/dia	
		21- DICTAN 2000 1x/dia	
		22- DICTAN 2000 1x/dia	
		23- DICTAN 2000 1x/dia	
		24- DICTAN 2000 1x/dia	
		25- DICTAN 2000 1x/dia	
		26- DICTAN 2000 1x/dia	
		27- DICTAN 2000 1x/dia	
		28- DICTAN 2000 1x/dia	
		29- DICTAN 2000 1x/dia	
		30- DICTAN 2000 1x/dia	
		31- DICTAN 2000 1x/dia	
		32- DICTAN 2000 1x/dia	
		33- DICTAN 2000 1x/dia	
		34- DICTAN 2000 1x/dia	
		35- DICTAN 2000 1x/dia	
		36- DICTAN 2000 1x/dia	
		37- DICTAN 2000 1x/dia	
		38- DICTAN 2000 1x/dia	
		39- DICTAN 2000 1x/dia	
		40- DICTAN 2000 1x/dia	
		41- DICTAN 2000 1x/dia	
		42- DICTAN 2000 1x/dia	
		43- DICTAN 2000 1x/dia	
		44- DICTAN 2000 1x/dia	
		45- DICTAN 2000 1x/dia	
		46- DICTAN 2000 1x/dia	
		47- DICTAN 2000 1x/dia	
		48- DICTAN 2000 1x/dia	
		49- DICTAN 2000 1x/dia	
		50- DICTAN 2000 1x/dia	
		51- DICTAN 2000 1x/dia	
		52- DICTAN 2000 1x/dia	
		53- DICTAN 2000 1x/dia	
		54- DICTAN 2000 1x/dia	
		55- DICTAN 2000 1x/dia	
		56- DICTAN 2000 1x/dia	
		57- DICTAN 2000 1x/dia	
		58- DICTAN 2000 1x/dia	
		59- DICTAN 2000 1x/dia	
		60- DICTAN 2000 1x/dia	

Orlando Ferreira Alves
Ortopedia e Traumatologia
CRM - SE - 1788 SAOT: 6427

SERVIÇO DE PRONTO SOCORRO B. 2, 12/12/2016 08:38 - 0000011841

AS
Hob

42 ANOS

Everado pro de an

7 Lechees om de leu

Equisetum hiemale

Aprandë e këmbës

SEGLER, DORA L. DEB PART 2 - 12/17/2016 02:40

Dr. Rafael Souza
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM/SE 4787

12
03
15

Anthony H. Big Pate O'Brien

Médico

Médico

Nome do Paciente: *Bruno Vitor da Silva*

Idade: *25*

Sexo: *M*

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
<i>08</i>		<i>- POLI TRAUMATOLÓGICA</i>
<i>03</i>		
<i>2015</i>		<i>- OFICINA DE REABILITAÇÃO</i>
		<i>- FORTES DOENÇAS DOSSOS DE TRAUMATISMO</i>
		<i>- ATENDIMENTO EM CONSULTAS COM O NÃO</i>
		<i>OPORTUNO.</i>
		<i>- NO CASO DO PACIENTE TRATADO DE</i>
		<i>OPORTUNO DE TRATAMENTO DE</i>
		<i>AD TRATAMENTO DE TRATAMENTO DE</i>
		<i>OPORTUNO DE TRATAMENTO DE</i>

Orlando Ferreira Alves
Ortopedia e Traumatologia
CRM - SE 6427

RECEBUEMOS 11/08/2014 09:30 - 000001 8443

Nome do Paciente: Everardo Jesus do S. Jr. Idade: Sexo:
Unidade de Produção: Leito: N° do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
10/03/15	07:00	Paciente no leito, em decúbito dorsal, orientado, consciente, verbalizado, segue em cuidados de enfermagem.
15/03/15	08:00	Administrado conforme prescrição médica.
	10:00	Removido para o leito conforme prescrição médica.
	12:00	Administrado medicamentos de horário terçial.
	14h	Removido para o leito.
	18h	Segue sem queixas, em uso de seroterapia.
10/03/15	20:00	Paciente acordado no leito, debilitado, impaciente, apresenta desconforto, agitação, hipertermia, 38,5°C, e/ou outros, MHS de acordo com o quadro clínico. ARP + monitorização.
	21:00	Segue em acompanhamento.
	24:00	Segue no acompanhamento de enfermagem.
11/03/15	14h	Paciente no leito, orientado, em uso de seroterapia, consciente.
	16h	Paciente sem queixas.
	18h	Paciente sem queixas.
	7h	Administração medicamentosa prescrita.

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAMENTO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES 5129753	
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL REGIONAL JOSÉ FRANCO SOBRINHO	CNES 5129753	CGC/CNPJ 104369790001

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME DO PACIENTE EVERALDO DE JESUS SIVA			Nº. PRONTUÁRIO 302747	
CARTÃO NACIONAL/SUS 160579397600007	NATURALIDADE (CIDADE/UF) POCO REDONDO-SE	DATA DE NASCIMENTO 15/04/1973	MASCULINO <input checked="" type="checkbox"/>	FEMININO <input type="checkbox"/>
NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL IZABEL MARIA DE JESUS			TELEFONE DE CONTATO 79-9662-2117	
ENDEREÇO (RUA; BAIRRO; CONJUNTO; APART POV.SANTA ROSA DO EMILIO S/N POCO REDONDO			DOC. IDENTIDADE/ÓRGÃO EMISSOR 1.229085	
MUNICÍPIO POCO REDONDO-SE	IBGE	UF SE	CEP 494981-000	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS	<i>Doença vital de atropelamento h' ± 3 dias a partir de um de ferimento AO 4243</i>		
CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO	<i>Neessade tanto aming</i>		
PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)	<i>Exame fr + de dor no</i>		
DIAGNÓSTICO INICIAL	<i>Fratura om de perna</i>		
CID 10 PRINCIPAL 582.2	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	

PROCEDIMENTO SOLICITADO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Curios de fratura om de perna</i>	LEITO/CLÍNICA <i>0502015</i>	CARÁTER DA INTERNAÇÃO () JURG. () ELETIVA	NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <i>Leopoldo Samuel Vitor</i>	CRM <i>49</i>
DATA/HORA <i>11/12/2016</i> HS MIN.	SIS/PRÉ-NATAL	CNS/CPF <i>627-679.165-38</i>	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. DO CONSELHO) <i>Dr. Rafael Soares</i>	DATA SOL <i>30.12</i>
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <i>0408050500</i>				

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU DOENÇAS)

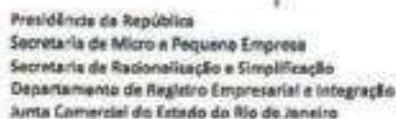
() ACIDENTE DE TRÂNSITO	CNPJ DA SEGURADORA	Nº. DO BILHETE	SÉRIE
() ACID TRABALHO TÍPICO	CNPJ EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR
() ACID TRABALHO TRAJETO			

CID 10 PRINCIPAL	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA LESÃO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO MÉDICA LEGAL
CID SECUNDÁRIO	

AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR Marco Sarmiento	NOME DO PROFISSIONAL/PARECER CONTROLE, AVALIAÇÃO/AUDITÓRIA	Nº. DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR
CNS/CPF 414.877.455-91	CNS/CPF	MUDANÇA DE PROCEDIMENTO
ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	ASSINATURA E CARIMBO (Nº. REG. CONSELHO)	JUSTIFICATIVA P/ NÃO AUTORIZAÇÃO

Dr. Marco Sarmiento
Cirurgião Geral
CRM: 1600



33.3.0028479-6

Sociedade anônima

Normal

Abstract

26/07/2028 - 10:52:13

JUCERIA

Citeseer Archives:

0000131301 - 18/12/2017

APRIL 11, 2006 7:44

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DE VIDA S/A

bioRxiv preprint doi: <https://doi.org/10.1101/002593>; this version posted November 12, 2014. The copyright holder for this preprint (which was not certified by peer review) is the author/funder, who has granted bioRxiv a license to display the preprint in perpetuity. It is made available under aCC-BY-NC-ND 4.0 International license.

Hash: ECC32023-D73D-4331-8D33-7CC99416A904

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
Orfi	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

55 Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

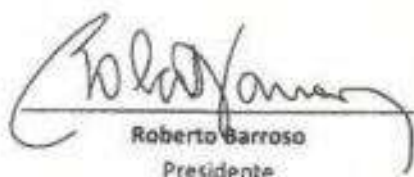
CR *Luci*

7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicólas Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00053149053 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A4822UCFEE4836AFAD5ECF8FED5CF58740F232E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerio.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo: Pág. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº: 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº: 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00+2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743862B48220CFDE4B5EAFADH5ECP8FFDDCF88740F233E495AFDA30X1FDS

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/15



12/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4996507

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 1 de 10

Bernardo A. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D799CBA11612475AE8208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4895508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo F.S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C81B477D798CBA11B12475AE9208296B235403C7545C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo S. S. Seravalle
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C51B477D798CBA11812475AE92082968235403C7645C698
Arquivamento: 00002659803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

FERNANDO S. S. BENAVENTE
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE92082969235403C7845C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

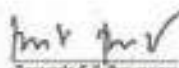


4936511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. L. Saravagem
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7545CB95
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/4

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4996512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Serrano F. S. Barreiros
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC88863B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4896513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284786
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D798CBA11812475AE92082958235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12/4



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10

Bernardo E.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC8688382947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.439, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Demétrio F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300264796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9AGC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082908235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

12/1/17



4996516

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

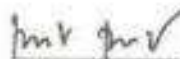
ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163578185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F8A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE92082968235483C7845C696
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016


Fernando F. S. Benavente
Secretário Geral

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

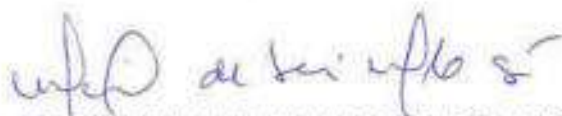
17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabellião Carlos Alberto Ferraes Oliveira Rua do Carmo, 47 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2037-9901	ADB28690 088674
Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (08000529953)	Conf. por: Paula Cristina A. D. Gaspar	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Servente: THIERRY	Paula Cristina A. D. Gaspar
Em testemunho de verdade.	Total	1 3.90 Escrivão
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		1 1296-46062 série 05077 ME
ECUP nº 106 - 013-54802 GRS		Aut. 20.5.3º Lei 8.886/04
Consulte em https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRDESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAJ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato nº 1007-1008-1009-1010-1011-1012-1013-1014-1015-1016-1017-1018-1019-1020-1021-1022-1023-1024-1025-1026-1027-1028-1029-1030-1031-1032-1033-1034-1035-1036-1037-1038-1039-1040-1041-1042-1043-1044-1045-1046-1047-1048-1049-1050-1051-1052-1053-1054-1055-1056-1057-1058-1059-1060-1061-1062-1063-1064-1065-1066-1067-1068-1069-1070-1071-1072-1073-1074-1075-1076-1077-1078-1079-1080-1081-1082-1083-1084-1085-1086-1087-1088-1089-1090-1091-1092-1093-1094-1095-1096-1097-1098-1099-1100-1101-1102-1103-1104-1105-1106-1107-1108-1109-1110-1111-1112-1113-1114-1115-1116-1117-1118-1119-1120-1121-1122-1123-1124-1125-1126-1127-1128-1129-1130-1131-1132-1133-1134-1135-1136-1137-1138-1139-1140-1141-1142-1143-1144-1145-1146-1147-1148-1149-1150-1151-1152-1153-1154-1155-1156-1157-1158-1159-1160-1161-1162-1163-1164-1165-1166-1167-1168-1169-1170-1171-1172-1173-1174-1175-1176-1177-1178-1179-1180-1181-1182-1183-1184-1185-1186-1187-1188-1189-1190-1191-1192-1193-1194-1195-1196-1197-1198-1199-1200-1201-1202-1203-1204-1205-1206-1207-1208-1209-1210-1211-1212-1213-1214-1215-1216-1217-1218-1219-1220-1221-1222-1223-1224-1225-1226-1227-1228-1229-1230-1231-1232-1233-1234-1235-1236-1237-1238-1239-1240-1241-1242-1243-1244-1245-1246-1247-1248-1249-1250-1251-1252-1253-1254-1255-1256-1257-1258-1259-1260-1261-1262-1263-1264-1265-1266-1267-1268-1269-1270-1271-1272-1273-1274-1275-1276-1277-1278-1279-1280-1281-1282-1283-1284-1285-1286-1287-1288-1289-1290-1291-1292-1293-1294-1295-1296-1297-1298-1299-1300-1301-1302-1303-1304-1305-1306-1307-1308-1309-1310-1311-1312-1313-1314-1315-1316-1317-1318-1319-1320-1321-1322-1323-1324-1325-1326-1327-1328-1329-1330-1331-1332-1333-1334-1335-1336-1337-1338-1339-1340-1341-1342-1343-1344-1345-1346-1347-1348-1349-1350-1351-1352-1353-1354-1355-1356-1357-1358-1359-1360-1361-1362-1363-1364-1365-1366-1367-1368-1369-1370-1371-1372-1373-1374-1375-1376-1377-1378-1379-1380-1381-1382-1383-1384-1385-1386-1387-1388-1389-1390-1391-1392-1393-1394-1395-1396-1397-1398-1399-1400-1401-1402-1403-1404-1405-1406-1407-1408-1409-1410-1411-1412-1413-1414-1415-1416-1417-1418-1419-1420-1421-1422-1423-1424-1425-1426-1427-1428-1429-1430-1431-1432-1433-1434-1435-1436-1437-1438-1439-1440-1441-1442-1443-1444-1445-1446-1447-1448-1449-1450-1451-1452-1453-1454-1455-1456-1457-1458-1459-1460-1461-1462-1463-1464-1465-1466-1467-1468-1469-1470-1471-1472-1473-1474-1475-1476-1477-1478-1479-1480-1481-1482-1483-1484-1485-1486-1487-1488-1489-1490-1491-1492-1493-1494-1495-1496-1497-1498-1499-1500-1501-1502-1503-1504-1505-1506-1507-1508-1509-1510-1511-1512-1513-1514-1515-1516-1517-1518-1519-1520-1521-1522-1523-1524-1525-1526-1527-1528-1529-1530-1531-1532-1533-1534-1535-1536-1537-1538-1539-1540-1541-1542-1543-1544-1545-1546-1547-1548-1549-1550-1551-1552-1553-1554-1555-1556-1557-1558-1559-1560-1561-1562-1563-1564-1565-1566-1567-1568-1569-1570-1571-1572-1573-1574-1575-1576-1577-1578-1579-1580-1581-1582-1583-1584-1585-1586-1587-1588-1589-1590-1591-1592-1593-1594-1595-1596-1597-1598-1599-1600-1601-1602-1603-1604-1605-1606-1607-1608-1609-1610-1611-1612-1613-1614-1615-1616-1617-1618-1619-1620-1621-1622-1623-1624-1625-1626-1627-1628-1629-1630-1631-1632-1633-1634-1635-1636-1637-1638-1639-1640-1641-1642-1643-1644-1645-1646-1647-1648-1649-1650-1651-1652-1653-1654-1655-1656-1657-1658-1659-1660-1661-1662-1663-1664-1665-1666-1667-1668-1669-1670-1671-1672-1673-1674-1675-1676-1677-1678-1679-1680-1681-1682-1683-1684-1685-1686-1687-1688-1689-1690-1691-1692-1693-1694-1695-1696-1697-1698-1699-1700-1701-1702-1703-1704-1705-1706-1707-1708-1709-1710-1711-1712-1713-1714-1715-1716-1717-1718-1719-1720-1721-1722-1723-1724-1725-1726-1727-1728-1729-1730-1731-1732-1733-1734-1735-1736-1737-1738-1739-1740-1741-1742-1743-1744-1745-1746-1747-1748-1749-1750-1751-1752-1753-1754-1755-1756-1757-1758-1759-1760-1761-1762-1763-1764-1765-1766-1767-1768-1769-1770-1771-1772-1773-1774-1775-1776-1777-1778-1779-1780-1781-1782-1783-1784-1785-1786-1787-1788-1789-1790-1791-1792-1793-1794-1795-1796-1797-1798-1799-1800-1801-1802-1803-1804-1805-1806-1807-1808-1809-1810-1811-1812-1813-1814-1815-1816-1817-1818-1819-1820-1821-1822-1823-1824-1825-1826-1827-1828-1829-1830-1831-1832-1833-1834-1835-1836-1837-1838-1839-1840-1841-1842-1843-1844-1845-1846-1847-1848-1849-1850-1851-1852-1853-1854-1855-1856-1857-1858-1859-1860-1861-1862-1863-1864-1865-1866-1867-1868-1869-1870-1871-1872-1873-1874-1875-1876-1877-1878-1879-1880-1881-1882-1883-1884-1885-1886-1887-1888-1889-1890-1891-1892-1893-1894-1895-1896-1897-1898-1899-1900-1901-1902-1903-1904-1905-1906-1907-1908-1909-1910-1911-1912-1913-1914-1915-1916-1917-1918-1919-1920-1921-1922-1923-1924-1925-1926-1927-1928-1929-1930-1931-1932-1933-1934-1935-1936-1937-1938-1939-1940-1941-1942-1943-1944-1945-1946-1947-1948-1949-1950-1951-1952-1953-1954-1955-1956-1957-1958-1959-1960-1961-1962-1963-1964-1965-1966-1967-1968-1969-1970-1971-1972-1973-1974-1975-1976-1977-1978-1979-1980-1981-1982-1983-1984-1985-1986-1987-1988-1989-1990-1991-1992-1993-1994-1995-1996-1997-1998-1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006-2007-2008-2009-2010-2011-2012-2013-2014-2015-2016-2017-2018-2019-2020-2021-2022-2023-2024-2025-2026-2027-2028-2029-2030-2031-2032-2033-2034-2035-2036-2037-2038-2039-2040-2041-2042-2043-2044-2045-2046-2047-2048-2049-2050-2051-2052-2053-2054-2055-2056-2057-2058-2059-2060-2061-2062-2063-2064-2065-2066-2067-2068-2069-2070-2071-2072-2073-2074-2075-2076-2077-2078-2079-2080-2081-2082-2083-2084-2085-2086-2087-2088-2089-2090-2091-2092-2093-2094-2095-2096-2097-2098-2099-2100-2101-2102-2103-2104-2105-2106-2107-2108-2109-2110-2111-2112-2113-2114-2115-2116-2117-2118-2119-2120-2121-2122-2123-2124-2125-2126-2127-2128-2129-2130-2131-2132-2133-2134-2135-2136-2137-2138-2139-2140-2141-2142-2143-2144-2145-2146-2147-2148-2149-2150-2151-2152-2153-2154-2155-2156-2157-2158-2159-2160-2161-2162-2163-2164-2165-2166-2167-2168-2169-2170-2171-2172-2173-2174-2175-2176-2177-2178-2179-2180-2181-2182-2183-2184-2185-2186-2187-2188-2189-2190-2191-2192-2193-2194-2195-2196-2197-2198-2199-2200-2201-2202-2203-2204-2205-2206-2207-2208-2209-2210-2211-2212-2213-2214-2215-2216-2217-2218-2219-2220-2221-2222-2223-2224-2225-2226-2227-2228-2229-2230-2231-2232-2233-2234-2235-2236-2237-2238-2239-2240-2241-2242-2243-2244-2245-2246-2247-2248-2249-2250-2251-2252-2253-2254-2255-2256-2257-2258-2259-2260-2261-2262-2263-2264-2265-2266-2267-2268-2269-2270-2271-2272-2273-2274-2275-2276-2277-2278-2279-2280-2281-2282-2283-2284-2285-2286-2287-2288-2289-2290-2291-2292-2293-2294-2295-2296-2297-2298-2299-2300-2301-2302-2303-2304-2305-2306-2307-2308-2309-2310-2311-2312-2313-2314-2315-2316-2317-2318-2319-2320-2321-2322-2323-2324-2325-2326-2327-2328-2329-2330-2331-2332-2333-2334-2335-2336-2337-2338-2339-2340-2341-2342-2343-2344-2345-2346-2347-2348-2349-2350-2351-2352-2353-2354-2355-2356-2357-2358-2359-2360-2361-2362-2363-2364-2365-2366-2367-2368-2369-2370-2371-2372-2373-2374-2375-2376-2377-2378-2379-2380-2381-2382-2383-2384-2385-2386-2387-2388-2389-2390-2391-2392-2393-2394-2395-2396-2397-2398-2399-2400-2401-2402-2403-2404-2405-2406-2407-2408-2409-2410-2411-2412-2413-2414-2415-2416-2417-2418-2419-2420-2421-2422-2423-2424-2425-2426-2427-2428-2429-2430-2431-2432-2433-2434-2435-2436-2437-2438-2439-2440-2441-2442-2443-2444-2445-2446-2447-2448-2449-2450-2451-2452-2453-2454-2455-2456-2457-2458-2459-2460-2461-2462-2463-2464-2465-2466-2467-2468-2469-2470-2471-2472-2473-2474-2475-2476-2477-2478-2479-2480-2481-2482-2483-2484-2485-2486-2487-2488-2489-2490-2491-2492-2493-2494-2495-2496-2497-2498-2499-2500-2501-2502-2503-2504-2505-2506-2507-2508-2509-2510-2511-2512-2513-2514-2515-2516-2517-2518-2519-2520-2521-2522-2523-2524-2525-2526-2527-2528-2529-2530-2531-2532-2533-2534-2535-2536-2537-2538-2539-2540-2541-2542-2543-2544-2545-2546-2547-2548-2549-2550-2551-2552-2553-2554-2555-2556-2557-2558-2559-2560-2561-2562-2563-2564-2565-2566-2567-2568-2569-2570-2571-2572-2573-2574-2575-2576-2577-2578-2579-2580-2581-2582-2583-2584-2585-2586-2587-2588-2589-2590-2591-2592-2593-2594-2595-2596-2597-2598-2599-2600-2601-2602-2603-2604-2605-2606-2607-2608-2609-2610-2611-2612-2613-2614-2615-2616-2617-2618-2619-2620-2621-2622-2623-2624-2625-2626-2627-2628-2629-2630-2631-2632-2633-2634-2635-2636-2637-2638-2639-2640-2641-2642-2643-2644-2645-2646-2647-2648-2649-2650-2651-2652-2653-2654-2655-2656-2657-2658-2659-2660-2661-2662-2663-2664-2665-2666-2667-2668-2669-2670-2671-2672-2673-2674-2675-2676-2677-2678-2679-2680-2681-2682-2683-2684-2685-2686-2687-2688-2689-2690-2691-2692-2693-2694-2695-2696-2697-2698-2699-2700-2701-2702-2703-2704-2705-2706-2707-2708-2709-2710-2711-2712-2713-2714-2715-2716-2717-2718-2719-2720-2721-2722-2723-2724-2725-2726-2727-2728-2729-2730-2731-2732-2733-2734-2735-2736-2737-2738-2739-2740-2741-2742-2743-2744-2745-2746-2747-2748-2749-2750-2751-2752-2753-2754-2755-2756-2757-2758-2759-2760-2761-2762-2763-2764-2765-2766-2767-2768-2769-2770-2771-2772-2773-2774-2775-2776-2777-2778-2779-2780-2781-2782-2783-2784-2785-2786-2787-2788-2789-2790-2791-2792-2793-2794-2795-2796-2797-2798-2799-2800-2801-2802-2803-2804-2805-2806-2807-2808-2809-2810-2811-2812-2813-2814-2815-2816-2817-2818-2819-2820-2821-2822-2823-2824-2825-2826-2827-2828-2829-2830-2831-2832-2833-2834-2835-2836-2837-2838-2839-2840-2841-2842-2843-2844-2845-2846-2847-2848-2849-2850-2851-2852-2853-2854-2855-2856-2857-2858-2859-2860-2861-2862-2863-2864-2865-2866-2867-2868-2869-2870-2871-2872-2873-2874-2875-2876-2877-2878-2879-2880-2881-2882-2883-2884-2885-2886-2887-2888-2889-2890-2891-2892-2893-2894-2895-2896-2897-2898-2899-2900-2901-2902-2903-2904-2905-2906-2907-2908-2909-2910-2911-2912-2913-2914-2915-2916-2917-2918-2919-2920-2921-2922-2923-2924-2925-2926-2927-2928-2929-2930-2931-2932-2933-2934-2935-2936-2937-2938-2939-2940-2941-2942-2943-2944-2945-2946-2947-2948-2949-2950-2951-2952-2953-2954-2955-2956-2957-2958-2959-2960-2961-2962-2963-2964-2965-2966-2967-2968-2969-2970-2971-2972-2973-2974-2975-2976-2977-2978-2979-2980-2981-2982-2983-2984-2985-2986-2987-2988-2989-2990-2991-2992-2993-2994-2995-2996-2997-2998-2999-3000-3001-3002-3003-3004-3005-3006-3007-3008-3009-3010-3011-3012-3013-3014-3015-3016-3017-3018-3019-3020-3021-3022-3023-3024-3025-3026-3027-3028-3029-3030-3031-3032-3033-3034-3035-3036-3037-3038-3039-3040-3041-3042-3043-3044-3045-3046-3047-3048-3049-3050-3051-3052-3053-3054-3055-3056-3057-3058-3059-3060-3061-3062-3063-3064-3065-3066-3067-3068-3069-3070-3071-3072-3073-3074-3075-3076-3077-3078-3079-3080-3081-3082-3083-3084-3085-3086-3087-3088-3089-3090-3091-3092-3093-3094-3095-3096-3097-3098-3099-3100-3101-3102-3103-3104-3105-3106-3107-3108-3109-3110-3111-3112-3113-3114-3115-3116-3117-3118-3119-3120-3121-3122-3123-3124-3125-3126-3127-3128-3129-3130-3131-3132-3133-3134-3135-3136-3137-3138-3139-3140-3141-3142-3143-3144-3145-3146-3147-3148-3149-3150-3151-3152-3153-3154-3155-3156-3157-3158-3159-3160-3161-3162-3163-3164-3165-3166-3167-3168-3169-3170-3171-3172-3173-3174-3175-3176-3177-3178-3179-3180-3181-3182-3183-3184-3185-3186-3187-3188-3189-3190-3191-3192-3193-3194-3195-3196-3197-3198-3199-3200-3201-3202-3203-3204-3205-3206-3207-3208-3209-3210-3211-3212-3213-321

anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

05/03/2021

MOVIMENTO:

Julgamento

DESCRIÇÃO:

Pelo exposto, extingo a presente ação rescisória, sem resolução do mérito, posto que ausentes os requisitos para o ajuizamento da ação rescisória. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais), suspendendo a exigibilidade, face gratuidade judiciária deferida.

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Sim

Trata-se de ação rescisória ajuizada por **EVERALDO DE JESUS SILVA**, visando a desconstituição da sentença prolatada na ação de cobrança por ele ajuizada em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÍRCIOS DPVAT**, que transitou em julgado em 27/07/2020 (processo tombado sob o nº 202086000324).

Inicia seu arrazoado, fazendo um breve relato do feito de origem, argumentando que a ação de cobrança foi extinta sem resolução do mérito, pelo indeferimento da petição inicial, contudo o autor foi condenado ao pagamento da custas processuais, o que seria incabível, posto violar norma jurídica, sendo cabível a presente rescisório, nos termos do art. 966, V do CPC.

Sustenta que, nos autos de origem, não houve o indeferimento expresso do pedido de justiça gratuita, o que implica no reconhecimento de seu deferimento tácito, conforme vem decidindo os Tribunais Pátrios.

Ato contínuo, defende ser incabível a condenação ao pagamento de custas processuais nas hipóteses de indeferimento da petição inicial, bem como por não ter sido triangularizada a relação processual.

Pede a tutela de urgência para que suspenda a eficácia da sentença e, no mérito, requer a procedência de seu pleito, de modo a rescindir a sentença prolatada nos autos, no que tange à condenação ao pagamento da custas processuais.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, deferido o pedido de justiça gratuita, face sua comprovação.

Sabe-se que a ação rescisória enquadra-se como medida excepcional que examina a sentença de mérito, com trânsito em julgado, ou seja, objetiva desconstituir a coisa julgada, por alegação de existência de vício jurídico.

Nesse toar, por ser ação excepcional, mister aferir a apresentação ou não de suas condições, tanto os especiais quanto os específicos.

Nesse toar adianto, de pronto, que a presente ação não se ajusta às hipóteses de cabimento estritamente previstas no art. 966 do CPC, que prevê:

“Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

I - se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;

II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;

III - resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;

IV - ofender a coisa julgada;

V - violar manifestamente norma jurídica;

VI - for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória;

VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;

VIII - for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.”

Conforme relatado, pretende o autor a rescisão da sentença prolatada nos autos da ação de cobrança tombada sob nº 202086000324, sob alegação de que houve ofensa ao disposto nos arts. 485, IV e 98, §§ 2º e 3º do CPC, haja vista que inexistiu o indeferimento expresso do pedido de gratuidade judiciária, sendo incabível, portanto, a condenação ao pagamento de custas processuais.

Não obstante os argumentos do autor, tem-se que o escopo da

ação rescisória é a rescisão propriamente dita da sentença transitada em julgado, que possui vício elencado expressamente em lei e capaz de autorizar sua rescisão.

A coisa julgada tem o efeito de sanar eventuais invalidades processuais não suscitadas no momento oportuno. A propósito do tema, Alexandre Freitas Câmara esclarece que “*no momento do trânsito em julgado da sentença surge um novo tipo de vício, a que se chamou rescindibilidade*”. É apenas essa espécie de defeito que pode ser incluída dentre as hipóteses de rescindibilidade, que se encontram taxativamente previstas no rol do art. [966](#) do [CPC/15](#).

Por ser medida excepcional, a ação rescisória só deve ser admitida nos casos expressos e taxativos da Lei Processual (art. [966](#) do [NCPC](#)). Não é cabível a interpretação extensiva quanto às hipóteses de cabimento, principalmente pelo que dispõe o inciso XXXVI, do art. 5º da [Constituição](#) da República, que garante a segurança jurídica e a imutabilidade da coisa julgada.

Ademais, a ação rescisória não pode ser utilizada como substituto recursal. Como se vê, em que pese o requerente sustentar que não poderia ser condenada ao pagamento das custas processuais, por não ter sido seu pedido de justiça gratuita analisado pelo juízo *a quo*, bem como por não ser cabível em casos de indeferimento da inicial, vê-se que não se insurgiu no momento oportuno.

Vê-se que, ao ser prolatada a sentença de indeferimento da petição inicial, condenando o autor ao pagamento da custas processuais, sem a ressalva da suspensão do pagamento, o requerente manteve-se inerte, não apresentando os cabíveis embargos de declaração para sanar a omissão ocorrida, ou mesmo, achando conveniente, apelar da decisão para ver analisado seu pedido de gratuidade e, caso deferido, suspender a exigibilidade da custas.

Como se vê, o autor não interpôs qualquer recurso, devendo-se ressaltar, inclusive, que a sentença transitou em julgado muito recentemente.

Ressalte-se, inclusive, que após o trânsito em julgado, o autor apresentou nos autos de origem uma petição requerendo que fosse

excluída a condenação ao pagamento das custas, o que foi indeferido, haja vista ter sido exaurida a competência do juízo *a quo*.

Dessa forma, verifico que os argumentos expedidos pelo requerente em sua petição inicial, são ineficazes para desconstituir a sentença rescindenda e abalar os seus sólidos fundamentos, não restando outra solução senão o não recebimento da inicial.

Outrossim, posição contrária ofenderia a autoridade da decisão transitada em julgado, uma vez que a parte cria espécie indevida de sucedâneo recursal para discutir questões não alegadas no momento oportuno.

Acerca da matéria, trago os seguintes precedentes:

AÇÃO RESCISÓRIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONHECIMENTO. VIOLAÇÃO MANIFESTA A NORMA JURÍDICA. NÃO CONFIGURADA. ARTIGO 966, CPC. NÃO CABIMENTO. EXCEPCIONAL VIA RESCISÓRIA QUE NÃO SE PRESTA A REJULGAMENTO DA CAUSA. GARANTIA CONSTITUCIONAL DA COISA JULGADA. PROTEÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE. 1. Por ser medida excepcional, a ação rescisória só deve ser admitida nos casos expressos e taxativos da Lei Processual (art. 966 do NCPC). Não é cabível a interpretação extensiva quanto às hipóteses de cabimento, principalmente pelo que dispõe o inciso XXXVI do art. 5º da Constituição da República que garante a segurança jurídica e a imutabilidade da coisa julgada. 2. No presente caso, o requerente em nada inovou na causa de pedir, nem nos argumentos apresentados, limitando-se a repetir as ventiladas questões desde a inicial do processo originário, as quais já foram todas exaustivamente debatidas e ponderadas em várias instâncias judiciais. 3. A Súmula 343 do STF estabelece que, "Não cabe Ação Rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais?". 4. Não cabe ação rescisória como sucedâneo recursal. 5. **AÇÃO RESCISÓRIA**

JULGADA IMPROCEDENTE. (TJ-DF 07101189520188070000 DF 0710118-95.2018.8.07.0000, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 30/10/2018, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 06/11/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINAR DE INÉPCIA. INICIAL APTA. REJEIÇÃO. VIOLAÇÃO LITERAL À LEI. INOCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA VIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. 1) A presente demanda é adequada para verificação da ocorrência da alegada violação literal aos artigos 214, 215 e 216 do CPC/73. Preliminar de inépcia rejeitada. 2) **No mérito, o pedido rescisório deve ser julgado improcedente não só pela inexistência de vícios que maculem o julgado rescindendo, mas, também, pelo fato de se reconhecer, com clareza, a intenção de ser utilizado o procedimento como sucedâneo de recurso, o que é vedado pelo ordenamento jurídico. Precedentes do STJ e TJMA.**

(TJ-MA - AR: 0522452015 MA 0009270-73.2015.8.10.0000, Relator: ANGELA MARIA MORAES SALAZAR, Data de Julgamento: 12/05/2016, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/05/2016)

AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINAR DE INÉPCIA. INICIAL APTA. REJEIÇÃO. VIOLAÇÃO LITERAL À LEI. INOCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA VIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. 1) A presente demanda é adequada para verificação da ocorrência da alegada violação literal aos artigos 214, 215 e 216 do CPC/73. Preliminar de inépcia rejeitada. 2) No mérito, o pedido rescisório deve ser julgado improcedente não só pela inexistência de vícios que maculem o julgado rescindendo, mas, também, pelo fato de se reconhecer, com clareza, a intenção de ser utilizado o procedimento como sucedâneo de recurso, o que é vedado pelo ordenamento jurídico. Precedentes do STJ e TJMA. (TJ-MA - AR: 0522452015 MA 0009270-73.2015.8.10.0000, Relator: ANGELA MARIA MORAES SALAZAR, Data de Julgamento: 12/05/2016, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/05/2016)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA INTERPOSTA DENTRO DO BIÊNIO LEGAL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. PEDIDO DE DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO PROFERIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 485, V, CPC. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. INOCORRÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NO STJ À ÉPOCA DA DECISÃO. POSIÇÃO NÃO TERATOLÓGICA. **RESCISÓRIA QUE NÃO SE PRESTA A SUCEDÂNEO RECURSAL.** PEDIDO RESCISÓRIO IMPROCEDENTE. 1. Na Ação Rescisória fundada no inciso V do art. 485 do CPC/1973, a violação de lei deve ser literal, direta, evidente, de sorte que, não se configura a aludida violação se o acórdão rescindendo elege uma dentre as interpretações possíveis, sob pena de se tornar um mero recurso com prazo de interposição de dois anos. 2. Nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte, é incabível Ação Rescisória balizada na modificação da interpretação de norma federal e que confronte a Súmula 343 do STF, uma vez que oscilações jurisprudenciais existem e existirão sempre, cabendo ao Poder Judiciário deixar em garantia as suas próprias decisões, respeitando-as dentro do tempo em que foi proferida. 3. O acórdão rescindendo julgou o pedido autoral nos termos da jurisprudência consolidada por esta Corte, à época da prolação do acórdão, que afirmava a impossibilidade de se desfazer o ato de concessão de aposentadoria integral para conceder aposentadoria com proventos proporcionais. Assim, a alegação central do autor não resiste ao confronto com a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça à época do julgado rescindendo, e não afronta os preceitos legais aplicáveis. 4. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 590.809/RS, julgado em regime de repercussão geral, sob a relatoria do Min. MARCO AURÉLIO, firmou o entendimento de que não deve ser afastada a incidência da Súmula 343/STF, nem mesmo nas hipóteses em que a Ação Rescisória estiver fundada em violação a dispositivo constitucional, exceto no caso de pronunciamento daquela Corte em sede de controle concentrado de constitucionalidade. 5.

Pedido rescisório improcedente. (AR 5.261/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 19/11/2019)

Por fim, vale destacar que esta relatoria já tomou essa mesma medida em outras oportunidades, em que foram ajuizadas ações rescisórias como sucedâneo recursal, a exemplo das decisões monocráticas lançadas nos processos 202000611864, 202000622209 e 202000637991.

Pelo exposto, extingo a presente ação rescisória, sem resolução do mérito, posto que ausentes os requisitos para o ajuizamento da ação rescisória.

Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais), suspendendo a exigibilidade, face gratuidade judiciária deferida.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

05/03/2021

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

Processo remetido para o(a) Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas.

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

05/03/2021

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

08/03/2021

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Prazo

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

08/03/2021

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Foi disponibilizado no diário de justiça, no dia 08/03/2021, o movimento registrado no dia 05/03/2021, às 16:43:39 :
Julgamento >> Sem Resolução de Mérito >> Extinção >> Indeferimento da petição inicial

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

09/03/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO - 8322}

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE.

Ação Rescisória n.º: 202100605641

Agravante: EVERALDO DE JESUS SILVA

Agravado: SEGURADORA LIDER

EVERALDO DE JESUS SILVA, já devidamente qualificado nos autos do processo epigrafado, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador infra-assinado, nos termos do art. 214 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, c/c 1021 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, interpor **AGRAVO INTERNO** em face da decisão monocrática, com amparo nas razões fáticas e de direito a seguir alinhavadas.

Nestes termos,

Pede deferimento

Jeremoabo, 09 de Março de 2021

Antonio Jadson do Nascimento

OAB/SE 8.322



EGRÉGIO TRIBUNAL DO ESTADO DE SERGIPE

RAZÕES RECURSAIS

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLEDA CÂMARA,

ÍNCITOS JULGADORES,

I- DA TEMPESTIVIDADE

A r. decisão agravada foi disponibilizada no diário de justiça, no dia 08/03/2021, o prazo iniciou-se somente no dia 09/03/2021 com a respectiva publicação e findar-se em 30/02/2021. O art. 214 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Sergipe preceitua que cabe agravo, ocasião em que o prolator da decisão impugnada poderá reconsiderá-la, se a mantiver.

Como é de conhecimento de todos, com o Novo Diploma Processual Civil em vigor, houve a unificação dos prazos, e o prazo para interposição do presente recurso passou a ser de 15 (quinze) dias uteis.

Desta forma, o recurso foi protocolado no dia 09/03/2021, dentro do prazo estatuído pelo Código de Processo Civil vigente e no RITJS.

II- DO CABIMENTO DO PRESENTE AGRAVO INTERNO

Argumentou o Relator que *“os argumentos expedidos pelo requerente em sua petição inicial, são ineficazes para desconstituir a sentença rescindenda e abalar os*

Página 2 de 20

seus sólidos fundamentos, não restando outra solução senão o não recebimento da inicial.”

Assim a decisão do Ilustre Desembargador Relator, constitui, decisão interlocutória, pois aprecia questão (ponto duvidoso de direito) incidente (antes do término do processo) e, portanto, recorrível, uma vez que, segundo o CPC (art. 1.001) somente não são passíveis de serem modificados via recurso, os despachos de mero expediente, entendendo, portanto, a Agravante ser cabível, o presente Agravo Interno.

Nesse sentido, fazendo uma intelecção ao art. 1.021, § 2º do CPC prevê a possibilidade de se recorrer através de agravo regimental da decisão monocrática do relator, cabendo assim o direito de agravar da decisão de modo que a decisão primitiva seja reconsiderada ou reformada.

Desta feita, conforme art. 214 do Regimento Interno no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em consonância com o art. 1.021, § 2º do CPC, contra decisão proferida pelo relator, Presidente e dos Presidentes das Câmaras, o recurso cabível será o Agravo Interno.

III- DA SÍNTESE FÁTICA

Na origem, trata-se de “Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro DPVAT” movida por EVERALDO DE JESUS SILVA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, processo tombado sob n. 202086000324, cujo trâmite se desenvolveu na Vara Cível da Comarca de Poço Redondo/SE.

Em 03 de Março de 2020 o requerente foi intimado *“para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos: Considerando que a parte requerente é pessoa não alfabetizada, regularizar o mandato, trazendo aos autos*



instrumento de procuração pública ou instrumento de mandato legítimo e regular, assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas devidamente identificadas, hipótese esta em que a parte requerente deve ratificar em audiência a outorga de poderes ao causídico. Juntar comprovante de residência atualizado em seu nome ou certidão da justiça eleitoral, nos quais informem a sua localização neste município.”

Em 26 de Maio de 2020 o sistema certificou que transcorreu *in albis* o prazo para a emenda à inicial.

No mesmo dia, o juízo *a quo* extingue o processo sem julgamento do mérito em razão não ter sido promovida a emenda à inicial, consequentemente indeferindo a petição inicial com espeque no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e condenando o autor nas custas processuais indevidamente.

SENTENÇA

Visto etc.

Trata-se de “Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro DPVAT” movida por EVERALDO DE JESUS SILVA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados na exordial.

Devidamente intimado para cumprir o determinado no despacho de fl. 57, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual determinou a emenda da inicial, a parte requerente não se manifestou, conforme atesta a certidão de fl. 61.

Segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ, a extinção do processo, em decorrência da ausência de emenda da exordial, independe de prévia intimação pessoal da parte, como se vê no aresto a seguir transcrito.



PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMENDA À INICIAL. PRAZO NÃO CUMPRIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. DESNECESSIDADE. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a extinção do processo sem julgamento do mérito em razão de não ter sido promovida a emenda à inicial no prazo assinado pode ser decretada independentemente de prévia intimação pessoal da parte. (AgRg nos EDcl na AR 3.196/SP, Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJ 29.06.2005; REsp 204.759/RJ, Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ 03.11.2003; REsp 642.400/RJ, Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ 14.11.2005 e REsp 703.998/RJ, Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ 24.10.2005) 2. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 802.055/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 20.03.2006 p. 213)

Assim sendo, tendo em vista o não atendimento do disposto no art. 321 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial com espeque no art. 321, parágrafo único do aludido Diploma, e EXTINGOo processo SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 485, I do CPC.

Custas pela requerente.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se

Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Poço Redondo/SE, 26 de maio de 2020. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito

Como visto, o magistrado condenou o requerente nas custas processuais, mesmo com o indeferimento da petição inicial, o que é incabível, isso porque,

Página 5 de 20



exarada em fase pré-jurisdicional, pelo que se a ação sequer foi processada, bem como não poderia condenar o autor nas custas processuais, logo que, a ausência de indeferimento expresso e fundamentado acerca do pleito de concessão da benesse implica no reconhecimento de seu deferimento tácito.

Dessa forma, houve manifesta violação à norma jurídica elencada no texto do art. 485, IV, art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC, artigo 5º, LXXIV da CF/88, sobretudo porque, ao contrário da conclusão adotada pelo magistrado, a interpretação correta desse dispositivo implica na desnecessidade de pagamento das custas.

Ajuizada a Ação rescisória tomabda sob nº 202100605641, o DD. Relator ao reconhecer que *“os argumentos expedidos pelo requerente em sua petição inicial, são ineficazes para desconstituir a sentença rescindenda e abalar os seus sólidos fundamentos, não restando outra solução senão o não recebimento da inicial.”*, como também *“Ademais, a ação rescisória não pode ser utilizada como substituto recursal. Como se vê, em que pese o requerente sustentar que não poderia ser condenada ao pagamento das custas processuais, por não ter sido seu pedido de justiça gratuita analisado pelo juízo a quo, bem como por não ser cabível em casos de indeferimento da inicial, vê-se que não se insurgiu no momento oportuno”*, julgou **extinta a ação rescisória originária, sem resolução do mérito.**

Posto isto, em que pese a fundamentação do D. Relator, que negou seguimento ao a Ação Rescisória, se faz necessário reconhecer que sempre que possível deve ser prestigiada a celeridade e a aplicação do justo, como no presente caso.

IV- DA DECISÃO RECORRIDA NO AGRAVO INTERNO.



A decisão monocrática, constante nos autos em questão, que nefoi seguinte à Ação Rescisória, sob fundamento de que *“os argumentos expedidos pelo requerente em sua petição inicial, são ineficazes para desconstituir a sentença rescindenda e abalar os seus sólidos fundamentos, não restando outra solução senão o não recebimento da inicial.”*, como também *“Ademais, a ação rescisória não pode ser utilizada como substituto recursal. Como se vê, em que pese o requerente sustentar que não poderia ser condenada ao pagamento das custas processuais, por não ter sido seu pedido de justiça gratuita analisado pelo juízo a quo, bem como por não ser cabível em casos de indeferimento da inicial, vê-se que não se insurgiu no momento oportuno”*,

Apesar de todo o respeito ao posicionamento do Excelentíssimo Desembargador, tal fundamentação merece ser reformada, em face das razões fáticas adiante demonstradas.

V- DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA

Desde já esclarece que a Ação Rescisória originária tem por fundamento processual o Art. 966, VIII, 1º C/C V, §5º vez que a Sentença que se pretende rescindir foi prolatada em manifesta violação à norma jurídica e a jurisprudência consolidada em nossos tribunais.

Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

(...)

V - violar manifestamente norma jurídica;

(..)



VIII - for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.

§ 1º Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.

(...)

§ 5º Cabe ação rescisória, com fundamento no inciso V do caput deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento. (Incluído pela LEI Nº 13.256, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016)

DO ERRO DE FATO VERIFICÁVEL DO EXAME DOS AUTOS. SENTENÇA QUE CONSIDERA INEXISTENTE FATO EFETIVAMENTE OCORRIDO.

Excelência, **em uma análise dos autos, é notável que o douto juiz não analisou o requerimento da justiça gratuita, isso porque, não consta na sentença o deferimento ou indeferimento do requerimento da benesses, o que com sua análise acarretaria a desnecessidade de pagamento das custas processuais que o autor foi condenado.**



Assim, houve violação ao art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC, artigo 5º, LXXIV, vejamos

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

- I - as taxas ou as custas judiciais;
- II - os selos postais;
- III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;
- IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;
- V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;
- VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;
- VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;
- VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;
- IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer



outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

§ 2º A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

§ 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Dessa forma, **é equivocada a decisão judicial que deixa de analisar o requerimento de justiça gratuita.**



Dessa forma, cultos julgadores, caso o magistrado analisasse o pedido de justiça gratuita, a existência da condenação das custas processuais estaria suspensa, esse é o entendimento de nossos tribunais, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL EM FACE DE SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO ANTE A AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, ISENTANDO O AUTOR DO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA NOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. VIABILIDADE. APELO PROVIDO. (...) **2. É devida a condenação de parte beneficiária da justiça gratuita ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, ficando, entretanto, suspensa a sua exigibilidade, enquanto perdurar sua condição de hipossuficiência ou por 05 (cinco) anos, prazo em que restará extinta a obrigação, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil de 2015.** (...) (TJ-CE - APL: 00318622720128060001 CE 0031862-27.2012.8.06.0001, Relator: LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, 2ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 27/09/2017)

TURMA RECURSAL. ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ISENÇÃO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. A GRATUIDADE SUSPENDE A EXIGIBILIDADE E NÃO ISENTA DO PAGAMENTO. ART. 98, §§ 2º E 3º, CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. (...) **2) O benefício da justiça gratuita não se constitui na isenção**



absoluta do pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mas, tão somente, na desobrigação de pagá-los enquanto durar o estado de necessidade, conforme estabelece o art. 98, §§ 2º e 3º do CPC. (...) (TJ-AP - RI: 00372585620188030001 AP, Relator: MÁRIO MAZUREK, Data de Julgamento: 25/03/2020, Turma recursal)

De outra banda, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.721.249 entendeu que presume-se aceito o pedido de Justiça gratuita quando não houver indeferimento expresso e justificado sobre ele, desde que a parte não tenha praticado qualquer ato incompatível com a gratuidade.

Ao dar provimento ao recurso, a ministra destacou que o juiz em nenhum momento indeferiu expressamente e com fundamentos o pedido de gratuidade.

Vale lembrar que a própria Corte Especial deste Superior Tribunal De Justiça já concluiu que se presume o deferimento do pedido de assistência judiciária gratuita não expressamente indeferido por decisão fundamentada, inclusive na instância especial, pois a ausência de manifestação do Poder Judiciário quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita leva à conclusão de seu deferimento tácito, a autorizar a interposição do recurso cabível sem o correspondente preparo (AgRg no EAREsp 440.971/RS, Corte Especial, DJe 17/03/2016).

Na oportunidade, o Min. Raul Araújo, relator dos autos, teceu considerações no sentido de que *“A omissão do julgador atua em favor da garantia constitucional de acesso à jurisdição e de assistência judiciária gratuita, favorecendo-se a parte que requereu o benefício, presumindo-se o deferimento do pedido de justiça gratuita (...)”*.



Ainda cito o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

JUSTIÇA GRATUITA. HIPÓTESES DE DEFERIMENTO. DECISÃO IMPLÍCITA. DESERÇÃO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior admite a concessão da assistência judiciária gratuita mediante a simples declaração, pelo requerente, de que não pode custear a demanda sem prejuízo da sua própria manutenção e da sua família. 2. Apresentado o pedido, e não havendo indeferimento expresso, não se pode, em princípio, estabelecer uma presunção em sentido contrário ao seu deferimento, mas sim a seu favor. Precedentes. (...) (AgRg nos EDcl no AREsp 475.747/MG, 3ª Turma, DJe 13/05/2014)

Do raciocínio adrede construído, deduz-se a conclusão, então, de que a ausência de indeferimento expresso e fundamentado acerca do pleito de concessão da benesse implica no reconhecimento de seu deferimento tácito, desde que, obviamente, a parte não tenha praticado qualquer ato incompatível com o seu pleito de concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Por fim, **não poderia o magistrado *a quo* condenar o autor ao pagamento das custas processuais, visto que, a ausência de indeferimento expresso e fundamentado acerca do pleito de concessão de justiça gratuita implica no reconhecimento de seu deferimento tácito, ou seja, com o deferimento tácito da justiça gratuita, estaria a exigibilidade da condenação nas custas processuais suspensa pelo prazo previsto em lei, não acarretando a sua cobrança imediata.**

Assim, é ilegal a sentença que condenou o autor nas custas processuais.



**DA OFENSA AO ART. 485, IV, ART. 98, §§ 2º e 3º do NCPC, artigo 5º, LXXIV da CF/88.
ACÓRDÃO PROFERIDOS EM JULGAMENTOS DE CASOS REPETITIVOS.**

Não obstante tudo quanto acima demonstrado quanto à rescindibilidade da sentença, há outra intransponível barreira a impedir a sobrevida da Sentença rescindenda.

E a razão é tão grave: Violação da Lei! A Sentença violou literal dispositivo de lei. Pode-se dizer, inclusive, que do ponto de vista deontológico a Sentença foi injusta!

Neste sentido, conforme narrativa anterior, **o Magistrado prolator da Sentença rescindenda entendeu pela condenação do autor nas custas processuais, mesmo com o indeferimento da inicial por não atendimento a determinação da emenda à inicial.**

Ora, nada mais exagerado e despropositado!

Ante o não atendimento da determinação, sobreveio sentença indeferindo a petição inicial, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito (art. 485, I, do CPC).

Outrossim, compulsando os fólios do processo originário, nem se quer houve a triangularização processual, isso porque, em nenhum momento o magistrado determinou a citação do polo passivo da ação.

É necessário não perder de vista a posição que a jurisprudência pátria vem assumindo diante da matéria sub examine, conforme se depreende da ementa abaixo transcrita:



EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS INICIAIS - CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - IMPOSSIBILIDADE. - Conforme dispõe o art. 290 do NCPC, a ausência de recolhimento das custas iniciais enseja o cancelamento da distribuição, **tratando-se de decisão de caráter meramente administrativo, porquanto exarada em fase pré-jurisdicional, pelo que se a ação sequer foi processada, não é razoável se falar em condenação ao pagamento de custas processuais na sentença extintiva.** Ao contrário, incorrer-se-ia em inevitável paradoxo, uma vez que, se as custas fossem pagas, a consequência seria a distribuição da ação e não a sua extinção. (TJ-MG - AC: 10000181409061002 MG, Relator: Maurício Soares, Data de Julgamento: 23/04/2020, Data de Publicação: 28/04/2020)

PROCESSO CIVIL. FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE CUSTAS. IMPOSSIBILIDADE. CASO DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. 1. **A petição inicial foi indeferida porque o autor não cumpriu a determinação para recolher as custas iniciais. Ao tempo em que extinguiu o processo sem resolução do mérito, o juiz de primeiro grau condenou o autor a pagar custas.** 2. Quanto ao pedido de aplicação da Lei 1.060/1950, os documentos acostados aos autos revelam que o autor não é hipossuficiente e que auferir renda suficiente para arcar com as despesas do processo. A pretensão, portanto, não merece acolhida. 3. A consequência prevista no Código de Processo Civil de 1973 para a falta de



preparo era o cancelamento da distribuição (Artigo 257). **Não faz sentido que seja cancelada a distribuição e, ainda assim, a parte tenha que arcar com o pagamento de custas. Sentença que está em confronto com o código processual vigente à época.** 4. Apelação a que se dá provimento para afastar a condenação ao pagamento das custas. (TRF-1 - AC: 00075980420104013811, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, Data de Julgamento: 27/11/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: 26/01/2018)

PROCESSO CIVIL. FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. CONDENÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE CUSTAS CORRESPONDENTES A 10% DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. (...) **Não faz sentido que seja cancelada a distribuição e, ainda assim, a parte tenha que arcar com o pagamento de custas. Sentença que está em confronto com o código processual vigente à época.** 3. Nem há de se argumentar que a referência às custas foi um erro material e que o magistrado teria, na verdade, condenado o autor ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência, porque tal verba não era devida, já que sequer houve citação da União. 4. Apelação a que se dá provimento para afastar a condenação ao pagamento das custas. (TRF-1 - AC: 00082216820104013811 0008221-68.2010.4.01.3811, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, Data de Julgamento: 27/11/2017, OITAVA TURMA, Data de Publicação: 26/01/2018 e-DJF1)



Assim, com a inércia da parte em proceder com a emenda à inicial é incabível por incoerência a condenação da parte ao pagamento de custas processuais em hipóteses de indeferimento da petição inicial.

Além disso, é incabível a condenação do executado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, sem que se tenha efetivado a triangularização da relação processual.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE TRIANGULARIZAÇÃO PROCESSUAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **1. Incabível a condenação do executado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, sem que se tenha efetivado a triangularização da relação processual, sob pena de nulidade por cerceamento de defesa.** **2. Este Tribunal de Justiça possui posicionamento firme no sentido de que a extinção da execução fiscal pelo pagamento do débito após o ajuizamento da demanda e antes da citação, não impõe a obrigação de o executado arcar com o pagamento dos honorários sucumbenciais, uma vez que não houve a angularização da relação jurídica processual.** **3.** Recurso conhecido e improvido. (TJ-ES - APL: 00016532620068080035, Relator: WALACE PANDOLPHO KIFFER, Data de Julgamento: 18/03/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/03/2019)

Assim, é ilegal a sentença que condenou o autor nas custas processuais.

VI- DA CONCLUSÃO

Excelências, a **Ação rescisória originária**, não esta sendo ajuizado como substituto recursal, mas sim, como ação autônoma, visando unicamente impugnar decisão judicial transitada em julgado, com vista à sua desconstituição e o rejugamento da causa, visto os erros não observado pelo juízo *aquo*, porém que efetivamente ocorreram, como também a conclusão adotada pelo juízo de piso, violou norma jurídica.

Assim, é a inadmissível condenação do agravante no que tange ao pagamento das despesas processuais, vez que não teve seu pedido da justiça gratuita analisada pelo juízo de piso.

Ocorre que a presente **ação rescisória não visa substituir recurso.**

Com efeito, **trata-se de ação inicial autônoma, baseada em hipóteses específicas do artigo 966 do Código de Processo Civil a fim de desconstituir decisão judicial transitada em julgado, ato que depende de tutela jurisdicional.** Ora, o processamento da demanda em segundo grau não significa que não seja ação autônoma nem tão pouco autoriza que a presente ação seja interpretada como se recurso fosse.

No mais, qual seria a via adequada para obter rescisão de sentença transitada em julgado se presentes qualquer condição de rescindibilidade?

Houve violação de normas jurídicas - **art. 485, IV, art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC, artigo 5º, LXXIV da CF/88!**



Através singelo exame dos autos do processo verificou que o juízo *a quo* não analisou o pedido de justiça gratuita requerido pelo autor, e **ausência de análise quanto a justiça gratuita e conforme a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.721.249 entendeu que presume-se aceito o pedido de Justiça gratuita quando não houver indeferimento expresso**, como também é incabível a condenação nas custas processuais quando indeferida a petição inicial e quando a ausência de triangulação processual.

Em conclusão, estavam presentes os requisitos da justiça gratuita, ou quando não vislumbrada, é nítida a obrigatoriedade de intimação do autor para emendar à inicial para que comprove.

Daí a razão da ação rescisória, com fundamento na violação de manifesta norma jurídica e quando o magistrado considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, ou seja, a ausência de manifestação expressa do pedido de gratuidade.

Ação rescisória que somente seria qualificada como sucedâneo recursal (para reapreciação de fatos e provas) se veiculasse mera irresignação da parte em relação à sentença, o que não é o caso dos autos – Violação manifesta de norma jurídica e considerar inexistente fato efetivamente ocorrido.

Como se verifica, a Ação Rescisória atendeu em todos os sentidos em que determina a legislação e o entendimento jurisprudencial.

De forma que, as razões do presente Agravo Interno, fundamenta suficientemente o inconformismo do Agravante, merecendo assim amparo a r. decisão guerreada que extinguiu a Ação Rescisória, devendo a mesma ser reconsiderada pelo Relator ou reformada pelos Nobres Julgadores.



VII- DOS PEDIDOS

Requer-se que seja **CONHECIDO** e **PROVIDO** o presente recurso, **pugnando pela reconsideração da decisão monocrática ora recorrida**, conforme permissivo no diploma processual (artigo 1021, § 2º, CPC).

Por fim, **caso assim não entenda** Vossa Excelência, **requer-se a remessa do Agravo Interno para o devido julgamento pelo colegiado competente**, bem como o seu **conhecimento e provimento, a fim de que seja reformada a r. decisão monocrática proferida.**

Requer, por fim, sejam as intimações realizadas exclusivamente em nome do subscritor da presente, **ANTONIO JADSON DO NASCIMENTO (OAB/SE 8.322)**, com endereço à Rua Germiniana Santna, nº 33, Centro, na Cidade de Jeremoabo/BA, CEP 48540-000, sob pena de nulidade.

Nestes termos,

Pede deferimento

Jeremoabo, 09 de Março de 2021

Antonio Jadson do Nascimento

OAB/SE 8.322



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

10/03/2021

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

Processo remetido para o(a) Distribuição do 2º grau.

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

10/03/2021

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Distribuição do 2º grau

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

10/03/2021

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

Processo remetido para o(a) Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas.

LOCALIZAÇÃO:

Distribuição do 2º grau

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

10/03/2021

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

10/03/2021

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

AGRAVO REGIMENTAL distribuído(a) em 10/03/2021, tombado sob nr. 202100606256 e vinculado a este processo.
 {Movimento gerado automaticamente pelo 2o. Grau}

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100605641

DATA:

10/03/2021

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Aguardando julgamento do AGRAVO REGIMENTAL distribuído(a) em 10/03/2021, tombado sob nr. 202100606256

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não